

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

IGHARA DE OLIVEIRA NEVES

**IMANI E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
MOÇAMBICANA EM *MULHERES DE CINZAS*, DE MIA COUTO**

RECIFE - 2023

IGHARA DE OLIVEIRA NEVES

**IMANI E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
MOÇAMBICANA EM *MULHERES DE CINZAS*, DE MIA COUTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção de título de Mestre.

Orientador: João Batista Pereira

RECIFE – 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N518i

Neves, Ighara

Imani e a construção da identidade moçambicana em "Mulheres de cinzas", de Mia Couto / Ighara
Neves. - 2023.
84 f. : il.

Orientador: Joao Batista Pereira.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Linguagem, Recife, 2024.

1. Identidades. 2. Imani. 3. Literatura moçambicana. 4. Mia Couto. I. Pereira, Joao Batista, orient. II.
Título

CDD 470

**IMANI E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
MOÇAMBICANA EM *MULHERES DE CINZAS*, DE MIA COUTO**

IGHARA DE OLIVEIRA NEVES

Aprovada em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Batista Pereira
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Ivanda Maria Martins Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr.^a Marta Célia Feitosa Bezerra
Instituto Federal da Paraíba

Para Vó Grande, por me ensinar a ser quem sou.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria se concretizado sem o companheirismo, a amizade e o apoio de Gibran Khalil e sem a presença e o afeto de João, em um momento único de nossas vidas. Agradeço aos meus pais, por estarem sempre comigo. Ao meu professor e orientador João Batista, pelo cuidado e incentivo. Sem ele, a construção desta dissertação não teria sido possível. Agradeço ao amigo da família Paulo de Tarso (*in memoriam*) pelas tardes da minha infância em sua biblioteca.

RESUMO

As narrativas sobre a nação moçambicana e as memórias ajudaram a criar imagens nacionais e, conseqüentemente, a identidade do país. Mia Couto é um autor importante por sua produção literária e pela posição que ocupou durante o período pós-independência de Moçambique. A sua literatura é peça importante no processo de construção de uma identidade nacional, revalorizando costumes tradicionais e recuperando elementos da cultura. *Mulheres de Cinzas* é o primeiro romance da trilogia *As areias do Imperador*, que traz o olhar de Imani, mulher que vivencia a chegada dos colonizadores e o processo de resistência e aculturação sofrido pelo seu povo. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é entender a presença de uma identidade moçambicana, investigando os marcadores relacionados à protagonista. Tendo como base conceitos importantes como o de nação e identidade, elaborados por Hobsbawm (2020) e Hall (2009), além de um breve estudo sobre a história e a literatura moçambicana, foi realizada a análise da obra. A partir do que foi observado foi possível reconhecer a existência de uma identidade marcada pelo hibridismo, resultante do contato com o mundo colonizador. A assimilação cultural se apresentou como um fator determinante para configurar uma identidade em constante construção, através da adoção da língua e dos costumes europeus.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades; Imani; Literatura moçambicana; Mia Couto.

ABSTRACT

The narratives about the Mozambican nation and memories have contributed to shaping national images and, consequently, the country's identity. Mia Couto is an important author due to his literary production and the role he played during the post-independence period of Mozambique. His literature plays a significant role in the process of constructing a national identity by revaluing traditional customs and reclaiming elements of the culture. *Mulheres de Cinzas* is the first novel in the *As areias do Imperador*, trilogy, which provides the perspective of Imani, a woman who experiences the arrival of colonizers and the process of resistance and acculturation endured by her people. In this sense, the objective of this work is to understand the presence of a Mozambican identity by investigating the markers related to the protagonist. Drawing on important concepts of nation and identity elaborated by Hobsbawm (2020) and Hall (2009), along with a brief study of Mozambican history and literature, the analysis of the work was conducted. From what was observed, it was possible to recognize the existence of an identity marked by hybridity, a result of contact with the colonizing world. Cultural assimilation emerged as a determining factor in shaping an identity in constant construction, through the adoption of European language and customs.

KEYWORDS: Identity; Imani; Mozambican Literature; Mia Couto.

Lista de Ilustrações

Figura 1	25
Figura 2	26

Sumário

Introdução	9
CAPÍTULO I	
1.1 O surgimento das nações.....	13
1.2 As nações no continente africano	22
1.3 Conceituando identidade.....	28
CAPÍTULO II	
2.1 A África antes dos europeus	35
2.2 A presença portuguesa na África	38
2.3 A ocupação portuguesa em Moçambique	40
2.4 A colonização portuguesa em Moçambique.....	42
2.5 Moçambique independente	46
2.6 Literatura como instrumento de luta e criação.....	49
CAPÍTULO III	
3.1 Mia Couto	56
3.2 Apresentando <i>Mulheres de Cinzas</i>	61
3.3 A identidade em <i>Mulheres de Cinzas</i>	65
Considerações Finais	77
Referências	81

Introdução

O início do século XV foi marcado pela expansão marítima e comercial europeia, responsável pela invasão e ocupação de territórios nos continentes africano e americano. Como consequência, milhares de povos tiveram suas culturas dizimadas, sua população escravizada e um número imensurável de vidas perdidas. O processo colonizador foi responsável por impor novas línguas, novos costumes e novas religiões aos colonizados durante os séculos seguintes. No continente africano a ocupação aconteceu progressivamente, sendo iniciada pelas áreas costeiras, locais estratégicos para a construção de portos que facilitassem as navegações destinadas às terras mais distantes. Moçambique, localizado na costa oriental da África, foi um desses pontos estratégicos utilizados pelos portugueses. Segundo Hernandez (2005), até o século XVIII Portugal ocupou terras do atual território de Moçambique explorando minérios e praticando o comércio de pessoas escravizadas. Por meio da Conferência de Berlim, em 1885, potências como Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal dividiram o continente africano entre si, ficando sob domínio de Portugal as regiões de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A partir desse momento Portugal ocupou efetivamente seus territórios e foi iniciado o processo colonizador.

Em Moçambique, o início da colonização foi marcado pelo uso da força física, onde Portugal saiu vitorioso após anos de conflito contra Gungunhana, último rei do Império de Gaza, principal foco de resistência contra os colonizadores. Para Garcia (2022), esse conflito marcou a história do país e foi amplamente utilizado pelo Estado moçambicano após a independência, pelo discurso nacionalista de revalorização dos costumes, dos mitos e dos heróis da história, objetivando reconstruir a nação.

Moçambique hoje é resultado de séculos de ocupação e dominação portuguesa, fato que deu origem a um do país formado pela presença do discurso colonial. Durante todo o período em que esteve sob domínio de Portugal, a literatura em Moçambique seguiu o modelo europeu. Somente com a chegada da imprensa, o país começou a produzir literatura dentro do seu território. Essa literatura significava inicialmente folhetos, revistas e jornais e era produzida também em português, o que caracteriza a própria dinâmica da colonização, uma vez que a leitura e a escrita são resultados da educação, que por sua vez resulta de um padrão. A literatura que se origina desse padrão acaba refletindo os contrastes presentes na estrutura colonial.

Foi apenas na metade do século XX que surgiram os primeiros autores que elaboraram uma literatura verdadeiramente representativa de Moçambique. Nos primeiros anos após a independência do país o português foi escolhido como língua oficial do novo Estado. Essa escolha foi uma estratégia para promover a unidade nacional. A língua portuguesa já era utilizada pelos missionários para alfabetizar a população desde o início do século XX e escolher a língua de um povo de detrimento de outra poderia acarretar disputas internas entre os grupos étnicos (Andrade, 2017). Nos anos 80 surgiu um novo movimento literário que tinha o objetivo de negar o pensamento europeu, uma literatura pós-colonial que visava conscientizar a população do seu papel perante a nova configuração política e social. Mia Couto é um dos principais representantes dessa linha, um dos nomes mais significativos na divulgação da imagem de Moçambique para o mundo, além de ser um dos autores mais lidos atualmente, dentro e fora do país. Seus livros narram a história dos povos, a luta pela independência, o surgimento do Estado moçambicano, a guerra civil, as diferentes matrizes culturais presentes na sociedade. E isso é feito através do uso de provérbios, neologismos e da oralidade, revalorizando costumes tradicionais, línguas diversas, saberes e valores próprios do povo. Apresentando ao leitor um país marcado por singularidades e recuperando referências próprias da cultura, a sua literatura atua como instrumento de formação e difusão das identidades.

O autor nasceu na cidade da Beira, em 1955 e jovem participou da luta contra o colonizador. Trabalhou como jornalista no órgão oficial de imprensa da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e atualmente se dedica à biologia e à escrita. Uma das últimas obras de Mia Couto é a trilogia *As areias do Imperador*, publicada entre 2015 e 2018 no Brasil e conta a ocupação territorial portuguesa no Sul de Moçambique. Em *Mulheres de Cinzas* (2015), primeiro livro da trilogia, a narrativa é contada por dois personagens com visões de mundo diferentes: Imani e o sargento Germano de Melo. A língua portuguesa é o fio condutor, uma vez que Imani foi educada em missões religiosas da região e fala português, servindo de intérprete para o colonizador. Imani é uma identidade em construção, pertence a mundos distintos resultante do processo de assimilação.

Trata-se de uma narrativa ficcional, onde os personagens foram baseados em pessoas reais, assim como os fatos apresentados. Para isso, o autor se debruçou sobre uma pesquisa documental produzida em Moçambique e Portugal, além de

entrevistas realizadas em Maputo e Inhambane. Através de uma narrativa histórica, o autor nos oferece uma amostra do processo de dominação e assimilação cultural. Essa narrativa é um instrumento de propagação da história moçambicana: os mitos fundadores da nação, a resistência dos povos e o resultado dos confrontos vivenciados. Esse retorno ao passado, a revalorização dos costumes, tem como finalidade manter viva na memória coletiva o surgimento de Moçambique. Desse modo, é incontestável a importância da literatura produzida por Mia Couto e o papel das suas obras para o país. Por esse motivo, o autor foi escolhido para ser tema da análise realizada no presente trabalho, que tem como objetivo compreender a presença da identidade moçambicana na personagem Imani, investigando quais são os marcadores dessa identidade, buscando a relação entre identidade e assimilação cultural. Para isso, foi necessário um estudo com abordagem interdisciplinar.

O primeiro capítulo é uma reflexão sobre os principais conceitos teóricos que servem de base para a análise que virá a seguir: nação, nacionalismo e identidade, utilizando autores centrais como Eric Hobsbawm - *Nações e Nacionalismo desde 1780* (2020) e *A invenção das tradições* (2021), Benedict Anderson – *Comunidades Imaginadas* (2008), Stuart Hall – *A Identidade cultural na pós-modernidade* (2005), e Kathryn Woodward - *Identidade e diferença* (2009). Tais autores nos apresentam o surgimento das primeiras nações, os símbolos responsáveis por criar a ideia de nacionalismo e como a identidade nacional nasce a partir disso. O segundo capítulo visa compreender a história da formação de Moçambique, desde o início da ocupação portuguesa no século XV, até o fim da guerra civil vivenciada pelo país no século XX. Além disso, é possível acessar também o processo de luta pela independência, seus antecedentes e a criação do Estado moçambicano, que teve como instrumento de luta a literatura. É através dela que chegamos à Mia Couto. No último capítulo entramos em contato com o romance *Mulheres de Cinzas* (2015), primeiro livro da trilogia *As areias do imperador*. Trata-se de um romance histórico, que traz o encontro de Imani, uma jovem Vachopi, nascida no território moçambicano, e Germano de Melo, um sargento português, enviado pela metrópole para lutar contra Gungunhana, líder do Império de Gaza, no Sul de Moçambique.

Capítulo I
Conceituando Nação e Identidade

1.1 O surgimento das nações

A diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas.

(Kathryn Woodward)

Pensar o mundo globalizado e suas configurações geopolíticas e culturais exige a compreensão do significado da palavra nação e as suas consequências na vida dos indivíduos enquanto seres sociais. Hobsbawm inicia seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (2020) fazendo uma suposição sobre a presença de um historiador intergaláctico em nosso planeta após uma guerra nuclear. Este ser, sem dúvidas, chegaria à seguinte conclusão: para entender a civilização humana nos dois últimos séculos, através dos materiais escritos deixados por nós, precisaria compreender a ideia de nação. Esta tarefa seria realizada com dificuldade, uma vez que conceituar o termo é algo complexo e cheio de controvérsias, embora muito tenha sido escrito sobre o tema e diversos autores já tenham se debruçado sobre a questão.

Frequentemente a definição de nação vem acompanhada da existência de determinados fatores, como língua, território, etnia, mitos e histórias em comum. Esses critérios, embora imprecisos, ajudam a nortear o debate quando o interesse é menos conceitual e mais político ou propagandístico (Hobsbawm 2020). A nação é um fenômeno recente dentro da história da humanidade, resultado de circunstâncias históricas e, segundo Hobsbawm, ela precisa ser estudada não só pelo viés cultural, como também pelo econômico, político e administrativo. Para Anderson, no livro *Comunidades Imaginadas* (2008), a nação é um produto cultural com uma origem histórica, porém, sem data de nascimento. É uma criação que possui legitimidade na autoconsciência dos indivíduos. De acordo com ele, as nações são comunidades políticas imaginadas, pois seus membros não se conhecem, embora todos partilhem a ideia de comunhão entre si e é também limitada, pois possui fronteiras.

O conceito de nação sofreu várias transformações durante o fim do século XIX, estando relacionado ao Estado moderno. Tal Estado, bem como o nacionalismo, teria o poder de criar nações através da propagação de mitos, heróis, símbolos e tradições culturais. Através do Estado atuando na divulgação de ideias, novos hábitos são estabelecidos em uma sociedade e novas crenças passam a ser naturalizadas. Ou

seja, as nações se constroem do Estado para o povo, porém, para que elas sejam entendidas, é preciso olhar de baixo para cima, uma vez que tal criação é resultado do conjunto de desejos e necessidades de um grupo.

Obviamente nem todos os indivíduos pertencentes ao grupo se sentem contemplados com as características de uma identidade resultante da nação construída. Além disso, é importante destacar que uma consciência nacional também não acontece igualmente entre todos os membros de um determinado grupo, variando, por exemplo, dentro de classes sociais, gênero ou regiões. Essa variação pode ser mais bem compreendida quando conhecemos a divisão histórica proposta por Hroch (Hroch apud Hobsbawm, 2020) sobre os movimentos nacionais. De acordo com o autor, esses movimentos passaram por três fases distintas: a fase A, que não teve efeitos políticos, estando relacionada à literatura, ideias e folclore. A fase B, que teve os ideais políticos girando em torno de uma ideia nacional e por fim, a fase C, que se configurou como o momento em os programas nacionalistas atingem as massas (Hroch apud Hobsbawm, 2020). Para entender esses processos devemos recuar na história com o intuito de analisar o contexto social resultante das mudanças ocorridas após a revolução francesa, bem como a revolução industrial, e como essas transformações moldaram os Estados e posteriormente as nações.

A uniformização da língua em um território é um dos exemplos das mudanças ocorridas nos períodos citados e teve papel importante na criação de várias nações. Países como a França uniformizaram as suas línguas instituindo a educação primária durante o século XIX. Ao alfabetizar uma população, uma determinada língua servia para aproximar os membros de uma comunidade. Não só ela, a prática de hábitos e costumes comuns também servia de liga para um grupo. De acordo com Hobsbawm (2020):

A insistência francesa na uniformidade linguística, desde a Revolução, foi marcante e, para a época, era bastante excepcional. Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês – e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam – e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França (Hobsbawm, 2020, p. 34 e 35).

Segundo Anderson (2008), a imprensa foi o agente principal para a divulgação de novas ideias de modo simultâneo em vários países. Sobre o uso de uma língua escrita, Anderson defende a importância da imprensa e do capitalismo editorial como ideia central para a construção das nações, tendo as línguas como agentes ativos desse processo. Importante lembrar que, para o autor, é a língua impressa que inventa o nacionalismo e não apenas a existência de uma língua particular. Com o surgimento da imprensa a camada consumidora de livros era a elite. Com a educação básica institucionalizada pelo Estado, as massas puderam consumir o que o setor editorial produzia por todo continente europeu.

De acordo com Anderson (2008), o protestantismo e o capitalismo editorial exploraram edições populares mais baratas, atingindo um público leitor mais amplo. Para o autor, as línguas impressas foram a base para uma consciência nacional. Isso se realizou de três formas:

1. Elas criaram um espaço de comunicação, onde os leitores tomaram consciência de outros leitores dentro de um campo linguístico abaixo do latim e acima das línguas vernaculares;
2. O capitalismo tipográfico garantiu maior fixidez à língua, construindo uma imagem de historicamente antiga, requisito essencial para se pensar a nação;
3. O capitalismo tipográfico também ajudou a criar línguas oficiais.

Esses fatores possibilitaram mudanças na forma como a comunicação e a criação de uma comunidade se desenvolviam. Aqueles que detinham o domínio de uma determinada língua teriam também o conhecimento sobre as ideias que estavam sendo difundidas, pois a língua escrita tem o poder de atuar como um instrumento criador de verdades, ou línguas-verdade nas palavras de Anderson (2008). São línguas que gozavam do status de serem sagradas, detentoras de privilégios: o latim eclesiástico ou o árabe corânico. Línguas que eram dominadas por uma pequena parcela da sociedade e que seriam capazes de revelar grandes verdades sobre o ser.

Em todo caso, a “escolha” da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer aleatório. Enquanto tal, ela se diferencia profundamente das políticas linguísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas, diante do crescimento de nacionalismos linguísticos populares de oposição. Um

sinal claro dessa diferença é que as antigas línguas administrativas eram *apenas isso*: línguas usadas pelo e para o funcionalismo, e para a sua própria conveniência interna. Não havia a ideia de impor sistematicamente a língua às várias populações sob domínio dinástico. Contudo, a ascensão desses vernáculos à condição de línguas oficiais, onde elas, em certo sentido, concorriam com o latim (o francês em Paris, o médio-inglês em Londres), contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade (Anderson, 2008, p.77 e 78).

Antes da generalização da educação primária, algumas línguas eram vistas como marcadoras de status dentro da sociedade europeia ocidental. Uma família de uma classe social elevada saberia falar francês, enquanto o restante da população dentro do mesmo território falaria dialetos locais e passaria suas histórias, costumes e mitos através da oralidade. No livro *O processo civilizador*, Norbert Elias (1994) nos traz a seguinte passagem:

No topo, por quase toda a Alemanha, situavam-se indivíduos ou grupos que falavam francês e decidiam a política. No outro lado, havia uma intelligentsia de fala alemã que de modo geral nenhuma influência exercia sobre os fatos políticos (Elias, 1994, p.33).

Setores administrativos e políticos redigiam seus textos em latim, excluindo parte da população, que além de ser analfabeta, não era falante da língua em questão. A ideia de uniformizar uma língua dentro de um território, quando várias línguas são faladas no mesmo espaço, é uma criação ideológica de uma elite administrativa e intelectual. As línguas das elites frequentemente se tornaram as línguas oficiais dos Estados por meios administrativos ou pela educação pública (mesmo em países colonizados que utilizaram a língua do colonizador como língua oficial). De acordo com Hobsbawm (2020), onde há uma língua de uma elite culta, por menor que seja a população falante, existe a possibilidade dessa língua se tornar um elemento de coesão protonacional. Para o autor, existem laços protonacionais, que tem o intuito de mobilizar vínculos coletivos através dos Estados e movimentos nacionais. Tais laços serviriam para conectar pessoas que não tem mais suas redes comunitárias ou de relações, através dessa criação, ou, para Anderson (2008), de uma comunidade imaginada. Essa base protonacional é vital para a criação de movimentos nacionais que visam a formação de um Estado.

A língua, portanto, era um dos critérios utilizados para conceituar a nação e criar uma identidade nacional. Junto a ela encontramos outros requisitos como o território, a etnia, a religião, os costumes e as tradições. Podemos afirmar que o território era compreendido como um requisito, desde que fosse uma área extensa, ocupada por uma população e detentor de recursos próprios. Observando esse processo através de um olhar mais político, entendemos o território como a primeira condição para a criação de um Estado, que por sua vez, criava a nação. Muitos economistas, levando em consideração a ideia de território e seus recursos, afirmavam a nação como um Estado com moedas próprias e controle das finanças públicas (ou seja, a presença de uma economia nacional). Mas é importante destacar ainda que território vai além da noção de espaço ou fonte de recurso. De acordo com Godoi (2014):

A territorialidade, como processo de construção de um território, recobre, assim, ao menos dois conteúdos diferentes: a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, de um lado e, de outro lado, os princípios de organização — a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos. Quando falamos na territorialidade enquanto processo de construção de um território, o aspecto processual merece destaque, pois confere ao território um carácter plástico, isto é, em permanente conformação; não se refere, pois, a uma construção definitivamente acabada. (Godoi, 2014, p.444)

Já a noção de etnia para o conceito de nação é algo complexo. Etnia pode ser resumidamente definida como um grupo com afinidades culturais e semelhanças genéticas. Porém, em um Estado com uma vasta área, vários grupos étnicos podem coexistir com seus próprios costumes, suas regras, suas políticas e seus territórios (essa variação étnica dentro de um espaço aconteceu frequentemente com os países africanos que foram divididos territorialmente após a Conferência de Berlim, como veremos mais adiante). A etnia, portanto, não teria relação histórica com a formação dos Estados, embora ela tenha sua importância para o conceito de nação por servir como marcador de distinção entre grupos e permitir que membros de uma determinada comunidade partilhem uma origem comum.

Assim como as etnias, as religiões são também responsáveis pela criação de laços e pela ligação entre os membros de um grupo. As identidades religiosas, formadas a partir de um contexto específico, reforçam a ideia de pertencimento através de rituais compartilhados, bem como as práticas, os símbolos e os instrumentos. Esse pertencimento pode ser afirmado pelo uso comum de cores ou de comportamentos que permitem a identificação dos sujeitos entre si. Os membros de uma determinada religião partilham um Deus comum, baseado em mitos fundadores da humanidade, difundidos através de uma memória coletiva. Dessa forma, as religiões promovem um elo, vinculando os indivíduos a um grupo e a uma identidade.

O último requisito utilizado frequentemente para debater a criação das nações são as tradições. Para Hobsbawm no livro *A invenção das Tradições* (2021), elas podem ser inventadas, encontrando no passado elementos para a criação de práticas e simbolismos. Elas podem ser criadas em um determinado momento ou utilizar tradições já estabelecidas e se adaptar, conservando costumes antigos dentro de um contexto novo. Em uma passagem do livro o autor afirma:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm, 2021, p.8).

Ainda sobre o tema, Hobsbawm (2021) faz uma diferenciação entre as práticas antigas e as tradições inventadas. Para ele, as primeiras são específicas e coercitivas, enquanto as tradições inventadas são bastante gerais e vagas em relação aos valores e obrigações. Elas têm o intuito de registrar por repetição tais obrigações. Símbolos como a bandeira nacional, o hino e as armas nacionais permitem a um cidadão a identificação com o seu país. A glorificação dos heróis nacionais, os mitos fundadores da nação, as músicas e as cerimônias são exemplos de práticas que formulam e perpetuam os valores das tradições inventadas. Nesse caso, tradições tem o intuito de fundamentar, reproduzir e afirmar uma nação através de histórias que legitimam tais práticas como verdadeiras. Esse processo pode ser perpetuado através de registros escritos, bem como através da mídia, institucionalizando e popularizando o elemento inventado. Tal processo acontece com a participação política e intelectual.

Marilena Chauí traz um debate acerca da criação da nação em seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000). Para a autora, a construção da nação se faz a partir de semióforos, que é um tipo de comunicação com o invisível. Pode ser um objeto, pessoa ou acontecimento, carregado de significado através do simbolismo que possui. Pode ter ligação com o passado, com o sobrenatural, com o futuro dos homens. Nas palavras da autora, um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação. Porém, ainda que um semióforo tenha por função carregar os significados simbólicos compartilhados por um grupo que acredita em uma crença ou passado comum, ele também é propriedade do grupo detentor de poder social capaz de criar e reproduzir esse sistema de crenças e a ideia do passado comum. Tal grupo pode ser a igreja, a hierarquia política ou militar. Esses semióforos passam a ter o status de prestígio causando a disputa pela posse e poder de produção. Para ela, os semióforos religiosos são específicos de acordo com as crenças, os da riqueza são propriedade privada, enquanto o artístico-histórico-geográfico é nacional. A autora afirma ainda que dessa disputa vão nascer o patrimônio artístico, o poder político e o patrimônio histórico-geográfico. Para conseguir isso, o poder político necessita construir um semióforo chave, a nação. A nação se torna o produtor de semióforos nacionais e também o símbolo que unifica os indivíduos.

Dessa forma, é importante destacar aqui mais uma vez o papel dos Estados na criação símbolos e tradições para reproduzir ideias. Para pensar a consciência nacional e a nação a partir da perspectiva do Estado é necessário estar ciente sobre o modo como esses Estados criaram ideologias, crenças, símbolos e uma consciência comum, onde o eu é diferente do outro. Essa diferença quase sempre é internalizada como um eu superior e será fundamental para compreender a criação das identidades. A ideia de superioridade é também fundamental para pensar a lógica da dominação colonial. Mas, antes de adentrar no debate acerca da identidade, é preciso entender como os Estados criaram uma consciência nacional, fortalecedora de identidades. Para compreender como esses processos se desenvolveram e se estabeleceram devemos retornar à revolução francesa e ao Estado moderno.

O Estado moderno era definido como um território, separado de outros territórios por fronteiras e limites estabelecidos e com o domínio sobre seus habitantes, com o uso unificado de leis e modelos administrativos, alcançando o maior número de indivíduos. Segundo Hobsbawm (2020) esse maior controle foi possível graças a uma

educação primária difundida, ao serviço militar e aos censos periódicos regulares. Essa transformação no modo como o Estado controlava seus cidadãos mais de perto gerou um questionamento acerca da lealdade dos indivíduos em relação aos seus dirigentes. Isso ficou ainda mais evidente a partir de 1880, quando a democratização permitiu aos cidadãos uma maior participação política e assim, as classes dominantes passaram a competir entre si na busca pela fidelização e lealdade. Foi preciso se adaptar aos novos tempos, uma vez que o poder antes era garantido pela religião, continuidade da dominação ou direito histórico, e agora esses padrões tradicionais estavam enfraquecidos. Era preciso pensar novas formas de criar uma lealdade cívica. Nesse período, criar uma consciência política implicava uma noção de pátria.

A ideia de patriotismo se desenvolveu em Estados através dos seus governos e das classes dominantes. Essa consciência permitiu aos trabalhadores exigir e exercer os direitos de cidadania. A democratização, assim, garantiu a legitimidade do Estado diante da população, reforçando o patriotismo. Porém, essa democratização tinha seus limites quando confrontada pelos nacionalismos que não dependiam dos Estados e tinham grande poder emocional diante da população. Tais nacionalismos, quando aderidos ao patriotismo estatal, se tornavam instrumentos importantes para os governos, pois criavam uma identificação comum a todos com a terra natal, uma identidade. Segundo Castells (1999), “Não se tem conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro não seja estabelecida” (1999, p. 23)

De acordo com Hobsbawm (2020), da junção dos cidadãos formou-se o povo, uma comunidade que, embora imaginada, permitia aos seus membros o encontro com práticas, figuras e memórias comuns. A junção dessas lembranças e personagens nas diversas regiões que constituíam a nação criava uma herança nacional, aliadas a tradições também inventadas e reformuladas, divulgada através do aparato estatal e da educação de massa para os cidadãos em uma língua comum. A partir disso surgiu a necessidade de escolher uma língua nacional, um idioma oficial da nação:

O elemento político-ideológico é evidente no processo de construção da língua, que pode percorrer desde a mera “correção” e padronização das línguas culturais e literárias existentes, através da formação de tais línguas a partir do complexo recorrente de dialetos contíguos, até a ressurreição de línguas mortas ou quase extintas que resultam na virtual invenção de línguas novas (Hobsbawm, 2020, p.154).

A língua, difundida a partir do ensino primário obrigatório, junto ao militarismo controlado pelo Estado e a propaganda reproduzida com ajuda do aparelhamento estatal foram instrumentos utilizados para formular as primeiras nações. Isso foi feito com a ajuda de intelectuais e governantes através do estudo do folclore, de poemas épicos, da criação de gramáticas e dicionários, do resgate de danças e músicas, assim como da criação de hinos nacionais (instrumento que só a língua tem o poder de criar). Todos esses instrumentos agiram juntos para reescrever a história nacional oficial e formular identidades. A nação permite que os indivíduos se identifiquem pela língua comum: os que estão inseridos dentro dela dominam e compartilham entre si seu uso e os que são de fora podem ser convidados a aprender para entrar na comunidade.

No início do século XX a Europa era um mosaico de Estados-nações definidos. No período entre guerras a crise econômica reforçou a economia nacional e os novos Estados ficaram menores, com uma população de minorias oprimidas, pois tentou-se “criar um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um habitado por uma população homogênea, separada étnica e linguisticamente” (Hobsbawm, 2020, p.185 e 186) e isso causou a expulsão e migração de minorias em vários países. Esse período também foi marcado pelo advento dos esportes, que foram transformados em espetáculos de massa, onde as nações competiam entre si. Além disso, houve o advento da comunicação em massa com o cinema e o rádio e as suas ideologias homogeneizantes e populistas, que ocuparam importante espaço na divulgação dos símbolos nacionais. Ideologias que serviam como propaganda através da afirmação do significado e uso de cores, dos símbolos difundidos e dos discursos reproduzidos. O fascismo aproveitou esse fato para mobilizar a população, apelando para a propaganda nacionalista onde aqueles de fora eram os culpados pela fraqueza ou fracasso dentro da sociedade. Surgiu também o nacionalismo antifascista em meio a uma guerra civil ideológica que, conforme Hobsbawm (2020), estava ativamente lutando em um conflito nacional e social, luta antifascista que ocorreu paralelamente às lutas anti-imperialistas nos países coloniais.

1.2 As nações no continente africano

Para analisar a ideia de nação tivemos que contextualizar a Europa do século XVIII e XIX, pois ela foi o local do surgimento das primeiras nações e onde surgiu inicialmente o debate sobre o conceito de nação. Porém, parte do sul global estava sendo explorada pela Europa no mesmo período em que ela estava forjando suas primeiras nações. O final do século XIX foi marcado pelo florescimento das tradições inventadas na Europa e pela invasão dos europeus no continente africano. Sobre esse período, Cabaço lembra que:

As elites africanas viram mudarem-se acordos e alianças e assistiram ao aliciamento de novos colaboracionistas locais que reforçavam a burocracia dos invasores. Sentindo em perigo os seus interesses e o equilíbrio institucional penosamente atingido na fase mercantilista escravista do contato com os europeus, organizaram formas de resistência à ocupação dos territórios e à conseqüente inserção na nova configuração da economia mundo, reestruturando as próprias alianças quer no plano político-militar, juntando, aqui e além, forças entre si para defesa de territórios e/ou zonas de influência, quer no plano diplomático, procurando explorar com sofisticadas manobras políticas a confrontação que se intensificava entre as metrópoles coloniais (Cabaço, 2009, p. 32).

O que veio em seguida foi a Conferência de Berlim, que repartiu o continente africano de acordo com os interesses dos países colonizadores. Com a Conferência, a ocupação europeia foi oficializada e o predomínio europeu sob a África se consolidou. A seguir podemos observar o mapa do continente africano antes e depois da Conferência de Berlim e a configuração geopolítica resultante da divisão:



Figura 1- O continente africano em 1880, antes da Conferência de Berlim
 Fonte: Silverio, 2013. Síntese da coleção História Geral da África, p.342.

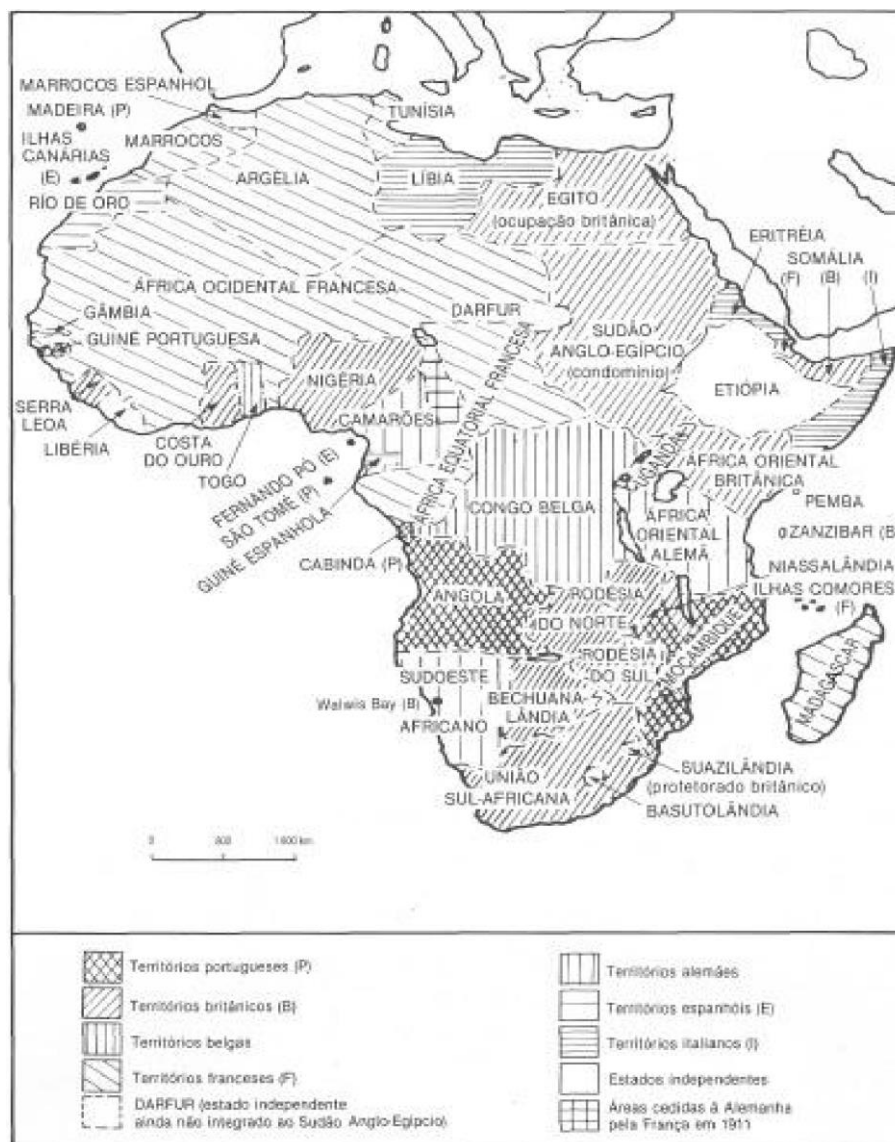


Figura 2- O continente africano em 1914

Fonte: Silverio, 2013. Síntese da coleção História Geral da África, p.343.

Após a partilha do território, os europeus garantiram a dominação, que teve como resultado o aparecimento de uma dualidade: uma minoria tinha o poder político decisório enquanto os dominados obedeciam. Segundo Cabaço (2009), essa dualidade era baseada na noção de superioridade branca e inferioridade africana. Esse local de superioridade foi ocupado pelos europeus, que propagaram ideias entre os colonos através do uso das tradições:

Na sociedade colonial em África estarão, frente a frente, bem demarcados, não só “preto e branco”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e uso de costumes”, “oralidade e escrita”, sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”... Todos eles conceitos marcados pela hierarquização (Cabaço, 2009, p. 38).

As tradições introduzidas pelos países imperialistas passaram por mudanças, transformações, se adaptando às configurações dos países colonizados. Além disso, os europeus criaram tradições africanas para os africanos e alteraram a estrutura dos costumes locais. Terence Ranger afirma em *A invenção das tradições* (2021):

Ao contrário da Índia, muitas partes da África tornaram-se áreas de colônias de povoamento de brancos. Isso significava que os colonizadores tiveram de definir-se como os senhores naturais e incontestáveis de uma grande população africana. Os colonizadores basearam-se nas tradições inventadas europeias, tanto para definir quanto para justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos. Na África, portanto, todo o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa. Além disso, na Europa, tais tradições inventadas das novas classes dominantes eram até certo ponto contrabalançadas pelas tradições inventadas dos operários ou pelas culturas “populares” inventadas pelos lavradores (Ranger, 2021, p. 270).

Assim, as tradições importadas se revestiam de um caráter “moderno” para os africanos, enquanto as tradições locais foram modificadas, criando novas ordens dos colonizadores para os nativos. Essas tradições geravam autoridade e confiança e, por isso, criavam transformações. Eram colocadas em prática de forma consciente sob a justificativa de serem agentes de “modernização”. Um dos modos de aplicar tais tradições era fazendo os africanos acreditarem que poderiam se tornar membros da classe dominante. Entre as tradições inventadas mais utilizada está o neomilitarismo, que estabelecia hierarquias necessárias para o funcionamento do colonialismo e do imperialismo. Através das tradições neomilitares os africanos eram socializados a entrar no mundo colonial, embora em uma posição subordinada.

Os europeus utilizavam a tradição como técnica de dominação dos indivíduos. Porém, era necessário manter o domínio sobre tais indivíduos e sobre as regiões. Para isso, eles precisavam da colaboração dos líderes locais e a obtiveram através de trocas que beneficiavam ambos. Essa lógica exigia a utilização de ideologias que

valorizassem práticas de colaboração e justificassem o domínio colonial. A religião e a educação (ambas utilizando a língua do colonizador) foram métodos utilizados para executar esse processo. A educação, por exemplo, atuou através da construção de escolas baseadas em moldes europeus. Essas escolas criaram a primeira geração de jovens africanos que se distanciou linguisticamente e culturalmente da geração anterior, embora a imposição de costumes e da língua colonizadora em território africano já tenha provocado uma geração que sofreu o choque de distanciamento dos seus ancestrais. Porém, com o acesso à educação formal dentro do modelo da metrópole, havia também a formalização dos saberes. Um saber protegido pela esfera “racional”, defendido pelas instituições.

Após a segunda guerra mundial houve um período marcado pela mobilização das populações dos países colonizados, onde o povo não mais se identificava com os discursos proferidos pelos seus líderes. O resultado disso foi o desenvolvimento de vários Estados. Esses movimentos de libertação passaram a ser conhecidos como “libertação nacional” ou “libertação nacional social” para os marxistas (Hobsbawm, 2020, p. 189). De acordo com Hobsbawm:

A verdadeira e crescente força da libertação consistia no ressentimento contra conquistadores, legisladores e exploradores, que costumavam ser reconhecidos como estrangeiros pela cor, costumes e hábitos, ou como contrários àqueles que eram vistos lhe favorecendo. Era anti-imperialista. A esse respeito existiam identificações pré-nacionais, étnicas, religiosas ou similares, entre as pessoas, e eram, como ainda o são, obstáculos mais do que contribuições à consciência nacional e, rapidamente mobilizadas contra os nacionalistas pelos senhores imperiais... (Hobsbawm, 2020, p. 190).

Tais movimentos eram, na maioria das vezes, produto de grupos intelectuais. Aqueles que tinham como foco a territorialidade tinham como base os elementos teóricos fornecidos pela metrópole para formular o conceito e colocar em prática a nação. De modo geral, esse era o único elemento de unidade que o Estado possuía.

Durante o período do nacionalismo antifascista o nacionalismo foi fortemente associado às lutas da esquerda. Tal associação foi reforçada pela luta anti-imperialista nos países colonizados Hobsbawm (2020). As lutas coloniais tinham como aliados os grupos ou indivíduos vinculados à esquerda socialista nas metrópoles. Esses movimentos de independência e descolonização, próximos ideologicamente ao anti-

imperialismo socialista pode ser identificado como a motivação dos Estados recém-independentes na África se autodeclararem socialistas.

Parte dos países africanos conquistou a independência em meados do século XX, após a segunda guerra mundial, através dos movimentos anticolonialistas já citados, e passou pela difícil tarefa de formular os seus Estados e suas nações (quase sempre tendo a língua do colonizador como a língua oficial). Símbolos foram criados e mitos fundadores foram reproduzidos. Foram formulados hinos, bandeiras e uma identidade que representasse a nação em nascimento. Para Anderson (2008) o fato de a colônia partilhar com a metrópole a mesma língua possibilitou as primeiras criações das imagens nacionais. Porém, embora os países do terceiro mundo tenham participado da luta contra o poder colonial e buscado suas emancipações seguindo uma lógica de pensamento criada na metrópole, na prática e com os Estados já consolidados, esses países viveram o oposto da construção de nação conhecida na Europa. Isso porque não havia uma unidade linguística homogênea; seus territórios foram delineados sem que se levassem em consideração as variadas etnias, culturas, saberes, religiões, línguas e povos locais.

Para Anderson (2008) existem três instituições que nos permitem pensar os Estados coloniais: os censos, os mapas e os museus. Através dos censos o Estado podia acessar os indivíduos que habitavam um determinado território e categorizá-los. Através dos mapas, o Estado poderia reconhecer a geografia, os limites e as unidades dentro do espaço governado. E através dos museus o Estado podia pensar os marcos fundadores, os artefatos históricos, os heróis, os mitos e os locais históricos importantes para a narrativa da nação. A narrativa presente em uma comunidade serve como marcador de diferenças entre um grupo e outro, sua gênese, seus períodos históricos. Ao narrar uma história tornamos públicos os acontecimentos de uma nação, acontecimentos que servem como meio para compreender o valor dado a uma determinada narrativa. O discurso histórico presente nessas narrativas está intimamente ligado à criação da identidade social. Ou seja: para se definir é preciso narrar, um indivíduo ou uma comunidade se define por aquilo que narra sobre si e essa definição é a identidade.

1.3 Conceituando Identidade

Seres humanos são seres sociais e a interação entre os indivíduos é sempre vivenciada através de marcadores de identidades, uma vez que, embora sejam seres autônomos, são também membros de grupos sociais, fazem parte de uma família, um Estado, uma nação. É através do meio onde os indivíduos estão inseridos e da relação com os que os cercam que eles podem criar uma identificação e entender quem são:

Em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2006, p. 39).

Stuart Hall no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), apresenta três concepções de identidade: a concepção do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A primeira concepção se baseava no indivíduo unificado, centrado, onde o centro do eu era a identidade. Esse sujeito era detentor “das capacidades de razão, de consciência e de ação” (Hall, 2006, p. 10). Já a concepção do sujeito sociológico saía da noção de individualidade e entendia o ser formado pela sua relação com o mundo exterior, com o outro, com a cultura que o permeia, um ser cujo núcleo interior não é autossuficiente. Ou seja, a identidade do indivíduo é formada pela interação, ela liga o sujeito ao mundo público, exterior a ele. Essa noção de identidade é um reflexo das complexidades do mundo moderno. Por fim, o sujeito pós-moderno, que entende a identidade como algo que não é fixo, está em constante transformação. Ela é definida pela história e não pela biologia, onde o sujeito pode assumir identidades diferentes.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (Hall, 2006, p.13)

Essas contradições são marcadas pelo encontro com a diferença. A diferença é um elemento fundamental para entender a identidade, uma vez que a identidade depende dela. Através do outro é possível ter uma identidade, pois é a partir do momento em que se reconhecem as diferenças que se é permitido descobrir a si mesmo. Para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão associadas a sistemas de representação. É através desse sistema que as identidades individuais e coletivas são estabelecidas:

A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir (Silva, 2009, p.91).

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora sabendo, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma 'falta', ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (Hall, 2009, p.112).

Castells, em seu livro *O poder da identidade* (2018), afirma que as identidades podem ser construídas a partir de instituições dominantes, mas que essas identidades “somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (Castells, 2018, p.55). Para o autor, existem três formas e origens da formação das identidades, são elas:

1. A *identidade legitimadora*, construída pelas instituições, para expandir sua atuação e dominação diante dos atores sociais;
2. A *identidade de resistência*, que são formuladas pelos indivíduos que se encontram em uma determinada posição de estigma social, em uma posição desvalorizada, e utilizam a resistência como resposta à dominação;
3. A *identidade de projeto*, quando os sujeitos, a partir da cultura disponível ao seu redor, criam uma identidade nova, buscando alterar a estrutura social a partir da redefinição da sua posição social.

A construção social da identidade ocorre em um contexto marcado pela diferença e peças relações de poder, inclusive o poder de decisão sobre quem será incluído e quem será excluído de uma comunidade (Woodward, 2009, p. 18), onde formas de exclusão também marcam a diferença.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora. (Woodward, 2009, p.50)

A identidade tem como uma das suas principais fontes a cultura nacional. Para a identidade nacional existir é necessário criar laços imaginários capazes de unir as pessoas. Como visto anteriormente, a língua, os hinos e as bandeiras são símbolos nacionais que forjam esses sentimentos, garantindo a liga sentimental e afetiva entre os indivíduos.

Para Chauí (2000), a identidade só pode ser construída a partir da diferença, tendo um “núcleo essencial” que utiliza como critério aquilo que é próprio de uma nação, ou seja, interno a ela, daquilo que é externo. Esse núcleo tem um plano individual e um plano social, que é o local ocupado por um indivíduo na sociedade. Para a autora, a consequência disso é que a identidade nacional é concebida dentro de uma relação de harmonia ou tensão entre o social e o individual e para se conceber tal identidade se utilizam ideias de consciência social, nacional e individual ou uma autoconsciência, que está relacionada com a necessidade de reconhecimento por parte do outro.

Uma cultura nacional produz sentidos sobre a nação e afeta as ações dos sujeitos, sua forma de se entender no mundo. Uma nação enquanto comunidade imaginada, simbólica, é capaz de criar um sentimento de identidade entre seus cidadãos. Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós modernidade* (2006) afirma:

Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de *representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da *nação* tal como representada em uma cultura nacional (Hall, 2006, p. 49).

Para Hall (2006) a cultura nacional é uma estrutura de poder cultural que busca unificar seus membros dentro de uma identidade nacional através das narrativas. Ela costura as diferenças criando uma identidade. Essa junção de diferentes indivíduos dentro de uma identidade se deu pela unificação de culturas diversas que viviam em um mesmo território e quase sempre esse processo se deu de forma violenta, pela invasão e dominação.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (Hall, 2006, p.62).

O autor ainda levanta um questionamento sobre como as narrativas culturais são contadas. Para ele, existem cinco elementos importantes para explicar a questão, como relacionamos abaixo:

1. As narrativas sobre a nação, seus mitos, heróis, literaturas nacionais, eventos, rituais. Essas narrativas têm significados e são compartilhadas pelos membros do grupo. Isso causa um sentimento de identificação entre eles.
2. A ênfase nas origens, nas tradições, ambas reconectando os indivíduos a um passado distante (embora tais ideias sejam resultado de criações e propagação dentro do imaginário do povo).
3. A invenção das tradições, como já foi debatido anteriormente. Hall utiliza o argumento de Hobsbawm, o qual afirma que as tradições podem ser inventadas e até mesmo muito recentes, mas se revestem de um caráter de ancestralidade. Elas manifestam “certos valores e normas de comportamentos através da repetição” (Hobsbawm, apud Hall, 2006, p. 54).
4. A identidade nacional baseada na ideia de um povo original.
5. E, por fim, o *mito fundacional*, que identifica a origem de uma nação em um passado distante.

Sobre esse passado histórico, Marilena Chauí traz algumas afirmações, onde enfatiza as origens de uma nação:

...a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque toda essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade (Chauí, 2000, 17).

A respeito do mito fundador, a autora nos apresenta a concepção etimológica sobre feitos lendários da comunidade e também a concepção antropológica, onde a narrativa é a solução para os conflitos que não tem uma resposta dentro da realidade. Esse mito tem uma constante ligação com o passado como origem, mas que está constantemente presente. A existência de um passado legítima e valida a identidade que está sendo reivindicada. A eficácia dos discursos produzidos a partir dos mitos e dos símbolos dependerá do diálogo estabelecido entre os indivíduos e os elementos, bem como da identificação afetiva e efetiva que tais discursos são capazes de criar.

Sobre o mito fundador Tomaz Tadeu em *Identidade e diferença*, (2009, p.85) afirma que remete a um momento essencial no passado de uma nação, “algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental” que serviu como ponto de partida para uma “suposta identidade nacional”, não sendo levado em consideração se os acontecimentos narrados são verdadeiros ou não. Vale destacar a importância das narrativas no processo de divulgação de tais acontecimentos e o seu poder de reprodução dentro de uma comunidade ou grupo social. Narrativas permeadas por mitos, língua, cultura, compartilham elementos que fazem parte da construção de uma identidade do ponto de vista da nação.

Neste capítulo foi apresentado como isso aconteceu no continente europeu. A partir de agora, vamos entender o percurso desse registro fundacional em países colonizados, como é o caso de Moçambique, que possui em sua trajetória um passado de dominação colonial. O próximo capítulo explora o papel da imprensa na construção da nação moçambicana, país que conquistou sua independência recentemente e utilizou, entre outros meios, a literatura como instrumento para formular e divulgar

ideias. Através de narrativas permeadas de símbolos e heróis nacionais a literatura em Moçambique contribuiu com a construção da nação e continua a contribuir como meio de propagação das identidades. O último capítulo irá analisar a identidade presente na literatura contemporânea de Mia Couto, observando elementos que afirmem uma identidade moçambicana, levando em consideração os aspectos que foram aqui abordados, como a língua, a diferença e as tradições.

Capítulo II

Moçambique: Ocupação, dominação, resistência e independência

2.1 A África antes dos europeus

Tudo se modifica quando estamos a viver uma guerra. Há um processo de desumanização que atinge o outro, mas também nos atinge. Para autorizar a violência, eu tenho que desumanizar o outro. Mas esse processo é uma faca de dois gumes: eu também me desumanizo para me legitimar como autor da violência.

(Mia Couto)

Situar historicamente e conceituar as ideias de nação e identidade nacional são fundamentais para compreender como tais conceitos se fundamentam em outros contextos, diferentes de onde foram criados, como é o caso dos países africanos que possuem em sua construção de nação um passado colonial. Como já foi citado, a Conferência de Berlim remodelou os limites territoriais e trouxe uma nova configuração para o continente africano. Porém, para uma melhor compreensão acerca da formação dos países, seus processos de independência e a construção de suas nações, se faz necessário conhecer o contexto africano antes do processo colonizador, uma vez que as identidades nacionais e a própria nação serão resultantes dos entraves e lutas geradas pelo processo de invasão sofrido pelos povos e etnias locais.

Por muito tempo o continente africano foi marcado por estereótipos de unidade: uma cultura única, a ideia de todo o continente ser habitado por uma única etnia, um único povo, um império unificado. Esse padrão de pensamento foi perpetuado pela visão eurocêntrica das metrópoles que colonizaram e repartiram o continente sem respeitar as especificidades de cada região. Nas palavras de Mia Couto:

Os continentes são, sobretudo, representações feitas e refeitas de acordo com os tempos. A África de hoje é uma co-produção euro-afro-americana. A versão mais recente dessa co-produção é marcada pela morte e decadência. Cadeias de TV estão confirmando essa agonia, entre doenças e guerras. O excesso de imagens dos dramas de África teve um efeito perverso: o continente deixou de ser visível. Perdeu visibilidade porque tudo parece estar já visto. Aos olhos do resto do mundo, África (ou uma parte dela) deixou de existir. Do mapa cor-de-rosa se passou ao monocromático mapa do desespero (Couto, 2005, p.194).

Esse padrão de pensamento deve ser questionado; é preciso conhecer a história do continente africano, pois não existiria história, sem a existência de uma história da África. Muito antes da chegada dos colonizadores, os africanos no norte do continente já praticavam o intercâmbio comercial com outros povos na Europa através do deserto do Saara. Durante o período conhecido como a Idade Média na Europa diversos reinos surgiram e ganharam grande proporção no Norte da África, graças ao intenso comércio e o acúmulo de riquezas na região. Gana, Mali e Songai são alguns desses reinos que prosperaram. Tais reinos tinham natureza multiétnica, desenvolveram a metalurgia, a agricultura e a mineração. Além disso, o continente é marcado pela diversidade de religiões, línguas, etnias, tradições, culturas e organizações políticas diversas. Eram conhecedores da matemática, do uso de tecnologias, das técnicas de agricultura, filosofia, astronomia e geografia da região. Conhecimentos que foram posteriormente apropriados pelos colonizadores.

Com o fim da Idade Média e o início das grandes navegações, a África passou a ser ocupada e colonizada pela Europa. No livro *A África na sala de aula* (2005), Leila Leite Hernandez afirma que a presença portuguesa na Costa ocidental do continente foi registrada pelo historiador português Gomes Eanes de Zurara, no século XV. Ainda sobre esse século há registros de relatos de viagens dos portugueses Cadamosto e Diogo Gomes, que acessaram o continente através do rio Gâmbia. Tais exploradores e viajantes eram financiados pelo rei de Portugal e tinham como objetivo inicial contornar o continente em busca das Índias. Em 1483 os portugueses chegaram ao Congo (atualmente Norte de Angola, parte da República Democrática do Congo e da República Popular do Congo), que se converteu ao cristianismo. Merece destaque ainda a viagem de Bartolomeu Dias, contornando o Cabo da Boa Esperança em 1487, onde os europeus penetraram o interior do continente e fundaram a colônia do Cabo.

Por sua vez, a leste do continente africano, nas margens do Índico, a presença portuguesa desde o século XV até fins do século XIX foi bem menor. Praticamente estava limitada ao Império pré-europeu do Monomotapa, em Moçambique. Este, fundado em uma forte organização social e política, tinha como soberano 'o senhor dos metais', ou seja, do cobre, ferro e ouro, cuja autoridade era reconhecida pelos colonos que, como símbolo de vassalagem, ofereciam-lhe tributo. Quanto às trocas, obedeciam aos circuitos regionais de comércio para o norte e para o leste e permaneciam sob o domínio dos árabes de Omã, responsável pelo tráfico de escravos para o Golfo Pérsico (Hernandez, 2005, p. 49).

Segundo Hernandez (2005), não só a região de Moçambique, como o restante do continente africano, passou a ser ocupado com a atuação dos missionários sob o pretexto de salvar a alma dos “selvagens” através do trabalho humanitário dos religiosos. A evangelização dos africanos foi justificada pela classificação das raças entre superiores e inferiores, falsamente legitimada pela ciência. Foi a evangelização, seja católica ou protestante, a responsável pela conversão dos africanos ao cristianismo e o apagamento dos ritos locais sagrados, destruindo o poder dos chefes tradicionais. Além das missões, as viagens exploratórias também serviram para a ocupação do território, objetivando adentrar no continente. Para isso, os exploradores precisavam ter o domínio sobre os principais rios, controlando assim o fornecimento de produtos ofertados pelo intercâmbio comercial local.

Durante quatro séculos o continente africano foi sendo ocupado e permaneceu sob o domínio da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal. As disputas políticas e territoriais associadas ao imperialismo culminaram na Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, reunindo países como a Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia. Os principais objetivos eram garantir e regulamentar a ocupação do território, além de assegurar a navegação e o comércio dos principais rios. A demarcação das fronteiras não respeitou as especificidades linguísticas, políticas, históricas e religiosas dos povos e das regiões, fato que propiciou diversos confrontos étnicos dentro dos territórios, até os dias atuais. A geografia política do continente foi desenhada pelos países imperialistas em um gesto denominado por Hernandez (2005) como “violência geográfica”. Foi essa partilha que deu início à conquista efetiva de todo território, marcada inicialmente pela perda da soberania dos chefes tradicionais e seguida pelo arranjo do sistema colonial.

Ao analisar os mapas do continente africano antes da Conferência de Berlim, observamos a presença de Portugal em Moçambique e Angola, territórios localizados em lados opostos do continente, porém, que poderiam se unir através de um corredor intercontinental. Esse era o projeto inicial de Portugal, que pretendia ocupar espaços que correspondiam à Zâmbia, Zimbabwe e Malawi ligando Angola a Moçambique e, para isso, era necessário iniciar a ocupação e exploração do interior do continente. Tal projeto recebeu o nome de Mapa-cor-de-rosa. Porém, a pretensão portuguesa foi de

encontro às intenções inglesas e, por isso, não foi aprovado na Conferência de Berlim, restando a Portugal o domínio sobre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

2.2 A presença portuguesa na África

Portugal ocupou territórios africanos durante séculos, entretanto, somente com a Conferência de Berlim, tais territórios foram colonizados e ocupados efetivamente. Isso se deu também como consequência da perda que o país sofreu quando o Brasil se tornou independente, além da diminuição das suas fontes de riqueza, uma vez que o comércio de escravizados passou a ser proibido. Essa conjuntura influenciou o projeto colonial expansionista português do mapa-cor-de-rosa, que não teve sucesso. Segundo Hernandez (2005), essa derrota provocou o isolamento de Portugal e um sentimento de nacionalismo antibritânico. Junta-se a isso o fato de Portugal ter que dominar efetivamente suas colônias africanas, como constava em uma das resoluções da Conferência de Berlim. Essa dominação aconteceu através da ocupação dos territórios, mas também se deu por imposições culturais. De acordo com Andrade (2017), não havia um sistema de escrita entre os povos dos territórios ocupados por Portugal e isso foi um fator importante para a implantação e imposição da língua portuguesa nas colônias, uma vez que os povos autóctones das regiões baseavam sua cultura na tradição oral, onde sua história é contada a partir de uma memória ancestral. Segundo a autora:

Essa ausência de um sistema de escrita oficial, aliada à diversidade linguística dos povos subsaarianos, bem como o fato de Portugal ter começado a implantar escolas e infraestrutura básica tardiamente - após a perda do domínio sobre o Brasil em 1822 -, juntamente com fatores econômicos e políticos, fizeram com que a Língua Portuguesa fosse adotada como idioma oficial por suas cinco ex-colônias (Andrade, 2017, p. 1).

No século XX, em 1914, foram aprovadas as “Leis Orgânicas”, posteriormente chamadas de “Cartas Orgânicas”, com informações relativas à descentralização administrativa e financeira das colônias, que seriam colocadas em prática de acordo com os “estágios de desenvolvimento” de cada território. Em 1926, foi publicado o Estatuto Político Cível e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, cujo escopo

“abrange um conjunto de princípios estabelecidos e aplicados anteriormente, determinando que fossem codificados os usos e costumes próprios dos povos de cada colônia” (Hernandez, 2005, p. 512). É importante destacar a questão dos indígenas e assimilados, recortando os espaços e categorizando os indivíduos e os subordinando. Os indígenas eram os “não civilizados” que seriam reconhecidos como tais por meio do sistema educativo. Já os assimilados eram constituídos pelos indivíduos maiores de idade, naturais de Províncias Portuguesas e capazes de fazer uso dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses. Os negros assimilados só alcançariam tal categoria ao abandonar seus costumes - assimilando/demonstrando conhecimento da cultura e dos costumes portugueses -, saber ler e escrever em língua portuguesa, ter condições de subsistir a família, adotar a monogamia, cumprir os seus deveres e se diferenciar pelos usos e costumes. Porém, é importante destacar que:

Raras vezes os *assimilados* eram definidos como tal, embora lhes fosse reconhecido o estatuto. Na linguagem corrente, os *brancos* referiam-se a eles habitualmente como *pretos* e não consideravam a possibilidade de os frequentar socialmente, identificando-os por suas características biológicas (Cabaço, 2007, p. 325).

Não é preciso afirmar que, embora os assimilados estivessem socialmente “acima” dos indígenas, eles sofriam preconceito, além de serem obrigados a pagar impostos mais caros, enquanto os indígenas faziam parte da camada mais excluída socialmente. Segundo Cabaço (2007), nas primeiras décadas do século XX aqueles que eram registrados na administração eram obrigados a usar uma *chapa*, como prova de serem trabalhadores e ficarem a salvo das batidas policiais. Anos depois a *chapa* seria substituída pelo *passé* e em seguida pela caderneta indígena. Só em 1961 o Estatuto do Indígena foi eliminado juridicamente, sendo ainda praticado sob o nome de “voluntariado”. Essa política, na verdade, foi uma estratégia de dominação usada pelos colonizadores, que trazia benefícios apenas para a camada da elite branca da população. De acordo com Cabaço (2007):

Com a institucionalização da condição de *indígena* e a consagração constitucional da “*função histórica de civilizar as populações indígenas*”, a política de *assimilação* torna-se parte intrínseca da totalidade da dominação de Moçambique e instrumento jurídico que, na realidade, protege a comunidade *não indígena* (Cabaço, 2007, p.157).

Algumas décadas após o início da colonização efetiva da África e a criação de aparatos jurídicos que apoiassem a dominação europeia, ocorreu a Segunda Guerra Mundial, que acarretou consequências em todo o continente africano. Os anos seguintes após a guerra foram marcados pela Guerra Fria e pela divisão ideológica do globo, sob a influência dos Estados Unidos e da URSS. A luta pela independência dos países africanos foi promovida pelos diversos movimentos nacionalistas e muitas vezes apoiada pelo bloco soviético, como foi o caso de Moçambique.

2.3 A ocupação portuguesa em Moçambique

Moçambique, país da costa oriental africana, ficou sob o domínio português após a Conferência de Berlim. É importante destacar esse país, não só pelo fato de sua colonização ser tema do presente trabalho, como também pela particularidade apresentada em seu processo de colonização: Portugal começou a sua ocupação séculos antes da maioria dos outros territórios ocupados no continente africano, embora sua colonização efetiva tenha se dado após a Conferência. O que chamamos Moçambique hoje foi ocupado pelo o Império Monomotapa, falante da língua chishona. Árabes e mulçumanos se fixaram também no território em busca de ouro nos séculos XII, XIII e XIV. Em 1498, Vasco da Gama e suas embarcações portuguesas chegaram à região.

Foi na primeira viagem de Vasco da Gama em direção às Índias que a presença de portugueses no continente africano começou a se moldar. Em 1498, após passar por Inhambane, o navegador chegou à Ilha de Moçambique. Segundo Hernandez (2005), por ser um local estratégico geograficamente, sendo um ponto na rota para a Índia, os portugueses logo iniciaram a colonização da região e em 1505 fundaram uma feitoria em Sofala, adquirindo ouro do Império Monomotapa. A partir desse momento os portugueses passaram a substituir os árabes no comércio local. Durante esse processo os colonizadores adentraram o interior do continente utilizando vários rios locais. Dessa forma, segundo a autora, além de controlar os acessos, os portugueses passaram a ter contato diretamente com as zonas produtoras de minérios. Ainda no século XVI os portugueses chegaram a Lourenço Marques (atual Maputo). Já no século XVII se iniciou o processo de cristianização dos africanos e o comércio de

escravizados aumentou, gerando mão de obra principalmente para terras brasileiras. O tráfico foi mais rentável até mesmo que o comércio de marfim e ouro.

As consequências do comércio de escravos foram sentidas mais no norte do que no sul de Moçambique, dando origem à lutas internas que romperam a coesão das organizações políticas africanas. No que se refere ao Sul de Moçambique, quando o “império” de Gaza se fortaleceu durante o século XIX, passou a crescer para o norte, desde o rio Limpopo, impulsionando o crescimento de escravos dessa área. Além disso, o trato negreiro levou a uma desintegração das estruturas próprias das aldeias, coagiu os povos africanos a adotar outros padrões de moradia; e dispersou as populações por áreas extensas, quase sempre longe das terras férteis (Hernandez, 2005, p. 590).

Segundo Cabaço (2007), a primeira grande expedição para ocupar o interior de Moçambique não teve sucesso: 650 soldados foram dizimados por doenças tropicais. Nenhuma outra expedição nesse caráter teve sucesso para fixar colonos. Em 1641 a Holanda ocupou a região que hoje corresponde à Angola e, com isso, Portugal passou a ter mais interesse na busca de escravizados em Moçambique. Além disso, a França passou a escravizar os africanos em larga escala, influenciando o tráfico por parte dos portugueses, principalmente para o Brasil. Assim, a escravização foi aos poucos se tornando um importante mercado na região. Foi em 1752 que Portugal se declarou o colonizador das terras moçambicanas e passou a comercializar escravizados. Já no fim do século XVIII foi construída uma alfândega em Ibo, objetivando controlar armas de fogo contrabandeadas em troca de escravizados para os franceses. Esse fato promoveu o crescimento da cidade, que juntamente com Inhambane e Lourenço Marques passou a ter grande influência comercial e política na região. O final do século XIX, após a Conferência de Berlim, trouxe consigo o término do tráfico negreiro, a descoberta de ouro em Lydenburg, diamantes em Kimberley, além da transferência da capital de Moçambique da ilha de Moçambique para Lourenço Marques.

Os resultados da Conferência de Berlim trouxeram a derrota para os projetos portugueses e com isso, o uso da força física ficou mais evidente por parte das tropas portuguesas, no intuito de pacificar territórios e ocupá-los efetivamente. A ocupação de Moçambique foi um processo longo e marcado pela resistência e pela dominação do Estado de Gaza. A grande vitória dos portugueses se deu sobre o reino de Ngoni, Sul de Moçambique, em 1895. O Império de Gaza, considerado o segundo maior império africano durante o século XIX, foi um império da região entre o rio Zambeze e

Maputo, ocupando 56 mil quilômetros de extensão. Gungunhana foi o último rei de Gaza e assumiu o poder em 1884, realizando acordos com potências diferentes. De acordo com Garcia (2008):

E como Gungunhana percebeu essa rivalidade entre as diversas metrópoles européias com interesse nessa zona da África Austral, jogou diplomaticamente com esses interesses, ora aliando-se a Portugal para reforçar o domínio sobre os outros regulados rivais e ainda para se proteger das ambições dos ingleses na região, ora entendendo-se com a Grã-Bretanha para afastar e desacreditar as cláusulas a que se submeter em 1885 e 1887, aquando das assinaturas dos acordos de amizade e vassalagem com Portugal (Garcia, 2008, p.124).

Gungunhana não resistiu por muito tempo contra os portugueses. Sua prisão ocorreu em 28 de dezembro de 1895 e anos mais tarde foi deportado para os Açores, onde faleceu em 1906. Esse conflito foi usado posteriormente como tema de discursos após a independência de Moçambique, com o intuito de apresentar ao povo os heróis da nação recém criada.

2.4 A colonização portuguesa em Moçambique

De acordo com Hernandez (2005), após 1885 o número de trabalhadores moçambicanos migrando para a África do Sul e para os países vizinhos aumentou significativamente para trabalhar na construção do porto de Duban e das primeiras linhas férreas, bem como no plantio de algodão. A exportação de mão-de-obra se transformou na principal fonte econômica portuguesa. Com o início do regime fascista os contratos não foram renovados com as empresas concessionárias. Foi nesse período que algumas companhias passaram a cobrar impostos que acabavam por se tornar trabalho compulsório. Em 1895 foi colocada em prática a circunscrição indígena, onde o colonizador português podia destituir o poder dos chefes tradicionais. Com o passar dos anos, diversas revoltas aconteceram em decorrência do modo como o governo português atuou diante desse “leve apartheid”. Foram surgindo clubes, cooperativas e jornais, como o jornal “O Africano”, fundado em 1909, em defesa dos indígenas e contra o colonialismo. Para Hernandez (2005) esses encontros:

Tinham como objetivo constituir espaços de “dignidade racial e cultural” onde podiam ser discutidas questões relativas ao preconceito racial, a importância das culturas tradicionais africanas dos povos de Moçambique e ao significado da história de Moçambique, antes e desde a opressão portuguesa (Hernandez, 2005, p. 599).

De acordo com Andrade (2017), como resposta aos movimentos recém surgidos, o Estado português respondeu com as políticas segregacionistas, inclusive a política dos assimilados. Com o salazarismo, a exploração dos territórios passou a acontecer de forma ainda mais forte, priorizando a extração e o trabalho intenso, enquanto a metrópole liderava o discurso de engrandecimento de Portugal, com o slogan “Portugal não é um país pequeno”.

Um ponto interessante é o papel das Igrejas como resistência. Desde o fim do século XIX, até a década de 20 do século XX as igrejas separatistas cresceram significativamente. Elas representam um marco para situar a consciência nacionalista em Moçambique. Para o governo, as igrejas eram uma ameaça, percebidas como anticolonialistas e racistas contra os brancos. Aqui merece destaque a “Missão Suíça”, atuando desde 1930 contra os missionários católicos portugueses, se opondo à escolaridade separada para os indígenas. Nas palavras de Mia Couto:

A Suíça já foi para muitos moçambicanos não um país mas o nome de uma missão religiosa. A Missão Suíça implantou-se no Sul de Moçambique, enfrentando terríveis suspeitas do regime colonial português. Henri Junod foi expulso de Moçambique em 1895 porque ensinava as chamadas “línguas dos nativos”. O missionário ajudava moçambicanos como Eduardo Mondlane a moçambicanizarem-se enquanto, nesse processo, ele mesmo se africanizava, acabando por solicitar que fosse enterrado em terras de Moçambique (Couto, 2005, p. 195).

Foi com o fim da Primeira Guerra que houve uma reformulação do mapa do continente africano, uma vez que a derrota da Alemanha provocou a divisão de seus territórios africanos entre os vencedores - França e Inglaterra. Já o fim da Segunda Guerra provocou o enfraquecimento da Europa e, com isso, diversos movimentos de caráter nacionalista começaram a surgir na África. Entre os anos de 1945 e 1960 o sentimento anticolonialista tomou forma no continente, dando origem aos movimentos pró-independência, que seguiam as ideias do Pan Africanismo, fazendo um trabalho de conscientização anticolonialista e a favor das lutas pela libertação. Aliados a tais movimentos surgiram os partidos, as atividades sindicais e a imprensa local.

Nesse período, como já foi dito, o mundo estava dividido em dois grandes blocos, de um lado os ideais socialistas da URSS e do outro os Estados Unidos da América, caracterizando um dos períodos mais conflituosos da Idade contemporânea, a Guerra Fria. Na Síntese da Coleção História Geral da África (2013) encontramos a seguinte passagem sobre o tema:

Os países ocidentais esforçaram-se para isolar a África da influência do bloco soviético, ao passo que o nacionalismo africano estava distante de ignorar a ajuda que esse mesmo bloco poderia conceder-lhe em seu combate contra a supremacia dos colonos rodesianos do Zimbábue, contra o colonialismo português em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, contra o domínio sul-africano na Namíbia e contra o *apartheid* e o poder dos colonos brancos na África do Sul (Silvério, 2013, p.576).

Em 1956 ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista na URSS, onde foram convidadas algumas das influências que se tornaram futuros líderes de países africanos. Além disso, tais lideranças foram também convidadas em 1957 e 1959 para o I e II Congressos de Escritores e Artistas Negros em Paris. Sobre esses encontros Hernandez (2005) afirma que eles tinham em comum as seguintes questões como principais pontos abordados: queixas sobre o regime de trabalho rural e os postos inferiores ocupados pelos negros, além da busca por igualdade e liberdade tanto a nível individual como nacional.

Dentro desse contexto surgiram diversas manifestações em países africanos, entre elas a greve dos estivadores em Lourenço Marques e o protesto de Mueda, violentamente reprimido e que resultou na morte de trabalhadores. Tal fato ficou conhecido como Massacre de Mueda. Isso resultou em uma grande agitação social e política, dando origem à formação de três grupos políticos em Moçambique: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), na Rodésia do Sul, em 1960; a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), na Niassalândia, em 1961; e a MANU (Mozambique African National Union), na Tanganica, em 1961. Em 1962 os três grupos se fundiram sob o pretexto de somar forças para a independência de Moçambique, o que resultou na criação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), cujo presidente era Eduardo Chivambo Mondlane e vice-presidente Uria Simango.

Em 1964 foi realizado o I Congresso da Frelimo, que durou seis dias onde se debateu a ideia de iniciar a luta contra Portugal, que respondeu com várias formas de violência e terrorismo com o apoio da África do Sul. Apesar disso, a Frelimo conseguiu desenvolver ações de caráter militar, libertar territórios e implementou um programa com o objetivo de reconstrução nos âmbitos da saúde, ensino e economia. Em 1968 ocorreu o II Congresso da Frelimo e em 1969 o presidente Eduardo Mondlane foi assassinado, sendo substituído por Samora Machel. No ano seguinte, as ordens religiosas estrangeiras e os sacerdotes católicos foram expulsos do país. Ainda que apoiados pela OTAN, os portugueses não venceram a resistência do Partido Africano de independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), resultando na independência da Guiné em 1973, ocasionando reflexos em Angola, Moçambique e até mesmo Portugal, com a revolução dos Cravos, que provocou a derrubada do regime salazarista e o reconhecimento da independência das quatro colônias restantes em África. Com a perda do apoio internacional foi impossível manter os custos da guerra entre Portugal e as suas colônias e em 1974 Portugal concedeu à Angola e Moçambique o direito de realizar eleições gerais, tendo em 1975 as suas independências proclamadas.

2.5 Moçambique independente

Moçambique se tornou independente em 25 de setembro de 1975, processo marcado por um contexto onde:

As ex-colônias portuguesas foram as únicas, no continente africano, a não herdarem um sistema de representação parlamentar pluripartidarista, uma vez que não houve por parte de Portugal o incentivo à adoção do modelo democrático, o que é compreensível pelo próprio momento político vivido pelos portugueses e africano – sob a ditadura salazarista –, predominando uma colonização puramente de exploração e rapinagem. Além disso, a natureza poliétnica e a diversidade linguística não mudaram após as independências, permanecendo a heterogeneidade nos novos países, bem como os antigos problemas de delimitação geográfica, de controle populacional e educacional do período colonial. Isso fez com que as fronteiras nacionais fossem artificiais e ineficazes na tentativa de delimitação dos limites políticos, tornando a busca pela consolidação do poder central dos novos governantes o objetivo imediato (Andrade, 2017, p. 14).

Dessa forma, as novas elites políticas dos recém-independentes países mantiveram algumas estruturas coloniais, como a adoção da língua portuguesa como idioma oficial, embora não tenha sido colocada em prática uma política educacional para todos, mantendo parte da população moçambicana analfabeta. Além disso, foi adotado o monopartidarismo, o que posteriormente foi um dos motivos que provocou guerras civis vivenciadas por esses países. No caso de Moçambique, a Frelimo foi responsável por oficializar a independência da República Popular de Moçambique, em 1975, após 10 anos de luta contra os portugueses. Porém, pelas diferentes visões políticas e econômicas dos grupos que formavam a Frente, as opiniões sobre as decisões a serem tomadas foram divididas: de um lado socialistas revolucionários (linha revolucionária) e de outro, grupos moderados (linha reacionária). Segundo Hernandez (2005), o primeiro era a favor de uma mudança radical da sociedade a partir do movimento de guerrilha, onde o excedente produzido deveria ser utilizado para financiar a guerra e o que restasse seria dividido; e o segundo defendia um sistema comercial privado, onde os excedentes produzidos pelos trabalhadores fossem permutados por bens de consumo.

Mesmo com os obstáculos, o governo de Moçambique instituiu o Programa de Transformação Socialista, destinado aos campos da saúde e da educação, além de propostas de modernização do campo e implementação de empresas estatais. A dificuldade de delimitar geograficamente os limites territoriais se deu devido ao caráter multiétnico e pela característica autóctone dos povos na região, uma vez que os limites existentes tinham um caráter muito mais administrativo. Diante desse fato, se fez necessária a construção de uma ideologia pautada em um discurso nacionalista, com o intuito de promover a internalização do sentimento de pertencimento e da ideia de nacionalidade.

Nessa perspectiva adotada pela FRELIMO, a história do país passa a ser contada a partir dos povos autóctones que viveram anteriormente à expansão lusa. Isso pode ser considerado controverso, já que antes da colonização não havia delimitações territoriais nessa região e que a noção de país é algo recente na história da humanidade, não abarcando o discurso patriótico de uma unidade nacional anterior à presença portuguesa empreendido por esse partido. Contudo, essa estratégia mostra-se válida para formação da nação moçambicana, do ser moçambicano, pois quando muda-se o foco no início de uma narrativa também altera-se o olhar discursivo que a acompanha (Andrade, 2017, p.18).

Para Andrade (2017) essa delimitação é um fator necessário para a construção imaginária de uma comunidade, para a criação de uma ideia de identidade nacional. Como já foi dito, a construção de uma identidade passa pela oficialização de alguns símbolos e de um idioma nacional. A escolha do português não foi à toa, uma vez que optar por uma língua de determinada etnia poderia colocar em guerra grupos étnicos diferentes, já que a escolha de uma língua em relação às outras poderia representar mais reconhecimento diante do coletivo. Além disso, as atividades administrativas e burocráticas já eram realizadas em português e a maior parte das escolas no país também utilizava o português como língua oficial no processo de alfabetização e escolaridade, principalmente aquelas sob os cuidados da Igreja Católica. Garcia (2022) nos apresenta em seus escritos a existência de um livro nesse mesmo período, com o título “História de Moçambique”, lançado pela Frelimo, como estratégia de construção de uma identidade nacional a partir da educação. O objetivo era contar a história do país pela visão dos moçambicanos, partilhando de uma memória coletiva através de mitos e heróis que viveram no território. Segundo a autora:

Para concretizar e mobilizar o povo moçambicano em relação ao projeto do “Homem Novo” e a mitificação de heróis nacionais, a educação foi um importante instrumento. Através da publicação contínua de textos e da produção de um livro histórico escrito a partir de 1971, a FRELIMO divulga sua ideologia política à população... No Capítulo VIII – nomeado “As Guerras de Resistência” – a figura do último rei do Império de Gaza é recuperada. Trata-se de Ngungunyane. Como o próprio nome do capítulo indica, esse imperador foi aquele que resistiu, lutou e combateu. E seu inimigo? Os portugueses. Exatamente o inimigo que a FRELIMO, na época do lançamento do livro, também combatia, lutava e resistia (Garcia, 2022, p. 4-5).

Além dessas implementações, a Frelimo também instalou aldeias comunais e pôs fim às chefias tradicionais, mas havia ainda o fato de a população não conseguir ter acesso à saúde e educação. Segundo Bourne (2005), além de existirem poucos médicos em Moçambique, mais da metade vivia na capital. A taxa de analfabetismo era de 93% (na década de 90, após o fim da guerra civil, esse número foi reduzido para 60%). Com parte da população insatisfeita com as primeiras medidas do governo surgiu o Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), que ganhou a simpatia dos chefes tradicionais. Em 1977 ocorreu o III Congresso da Frelimo e nesse mesmo ano

o país mergulhou em uma guerra civil, onde Frelimo e Renamo começaram a disputar o poder e o controle de Moçambique, disputa que durou dezesseis anos:

Vários fatores contribuíram para a intensificação do combate no espaço moçambicano. Dentre eles, as divergências regionais, que acarretaram a dissidência de alguns membros, e o fato de muitas pessoas afirmarem que não identificavam mudanças sociais com o trabalho da Frelimo. Outro ponto bastante significativo é que a Renamo começou a receber os dissidentes e a aprovação dos chefes das populações tradicionais e dos grupos que estes lideravam, porque eles estavam se sentindo ignorados ou manipulados pelo governo. Alguns justificavam sua rejeição, argumentando que a revolução provocou o afastamento da terra, dos ancestrais e das cerimônias, o que lhes imprimia amargura (Gomes, 2017, p.126).

De acordo com a autora, os primeiros anos da guerra civil foram marcados pela destruição das estradas e a colocação de minas em várias regiões. Além disso, a fome se tornou uma questão a ser enfrentada, juntamente com o êxodo rural, enquanto parte dos investimentos do governo era destinado para compra de material bélico. Como consequência, escolas e postos de saúde foram destruídos e surgiram os campos de deslocados, local onde famílias se refugiavam fugindo da guerra.

Nos seus ataques, a RENAMO tinha como alvo os bens económicos, escolas, hospitais, vias de comunicação e tudo o que representasse o Estado moçambicano; as populações foram severamente punidas, maltratadas, raptadas, seviciadas e mortas para pretensamente mostrar que o governo da FRELIMO era incapaz de lhes oferecer segurança (Bouene, 2005, p. 77).

Durante os anos 80 o Estado moçambicano passou por diversas mudanças dentro do setor econômico, quando a economia de mercado substituiu a economia planificada. Na área social, foram realizados avanços importantes dentro do campo da saúde e educação. Já na área política, em janeiro de 1990 uma nova constituição foi anunciada pelo presidente Joaquim Chissano, prevendo eleições multipartidárias e um sistema judicial independente. Apenas em 4 de outubro de 1992 o acordo de paz foi assinado em Roma, na presença do presidente de Moçambique e da Renamo, além de representantes da comunidade internacional. Em 1994 ocorreram eleições legislativas e presidenciais, supervisionadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), onde a Frelimo saiu vitoriosa. Esse fato voltou a se repetir nas eleições de 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019.

2.6 Literatura como instrumento de luta e criação

Como vimos no primeiro capítulo, as nações possuem em sua formação instrumentos que permitem uma identificação comum entre seus membros e o sentimento de compartilharem uma memória coletiva. Em Moçambique, perante as condições em que se encontrava o país após a luta pela independência, o sentimento de pertencimento seria uma importante estratégia dentro do discurso ideológico por parte do governo da Frelimo.

Em síntese, é possível considerar que Moçambique condensava a heterogeneidade própria das Áfricas, no geral. Apresentava povos falando línguas diferentes com tradições religiosas e noções de propriedade distintas, valores diversos e vários modos de hierarquização de suas sociedades, articulando-se e rearticulando-se de acordo com seus próprios interesses, resultando em organizações políticas várias que ora se uniam, ora entravam em disputa, definindo o ascenso ou o declínio de grandes “impérios” (como o do Monopata e do Marave no atual Maláui), “reinos” (como o de Gaza) e “Estados” (como o do Zimbábue no século XIX). Esse foi um tema que passou de geração em geração, fazendo parte das tradições orais de Moçambique e, por vezes, integrando o processo de “invenção das tradições” no pós-independência (Hernandez, 2005, p.592).

Samora Machel introduziu em seus discursos a construção de uma história moçambicana criada muito antes da colonização portuguesa. Dessa forma, os povos autóctones que habitavam a região passaram a ser o instrumento através do qual a história do país seria contada. Isso até hoje é motivo de críticas, uma vez que tais povos habitavam o continente sem uma delimitação geográfica e o próprio conceito de nação é algo recente, como vimos. Ainda assim, essa estratégia discursiva se mostrou muito eficaz, pois influenciou a formação de uma moçambicanidade e da própria ideia de nação moçambicana.

Já como parte do construto de identidade nacional, ainda no campo educacional, a FRELIMO também lança o livro “História de Moçambique” que tinha o intuito de recontar a história do país, porém pela perspectiva moçambicana e não portuguesa. Isso significava resgatar os heróis e mitos que verdadeiramente edificaram o território moçambicano. O livro possui nove capítulos que apresentam as migrações africanas e diferentes impérios constituídos a partir dessas migrações. Todos esses acontecimentos são sobre os povos e tribos africanas que viveram em solo moçambicano (Garcia, 2022, p. 4 e 5).

A língua oficial escolhida após a independência foi o português, isso se deu tanto por questões burocráticas, como pelo fato de a educação formal no país ser realizada em português. Até mesmo os primeiros jornais em Moçambique foram escritos também nessa língua. É o caso do jornal “O africano”, publicado em 25 de dezembro de 1908, em Lourenço Marques, que além do português também utilizou a língua ronga em suas publicações. Capela (2010) realça isso quando declara:

... a generalidade da imprensa moçambicana utilizou sempre línguas europeias: o Português, na sua grande maioria, o Inglês, com alguma frequência. Alguns dos periódicos, em Lourenço Marques e na Beira, eram redigidos, as meias, em Português e Inglês. O que foi, durante muito tempo, o jornal mais importante de Lourenço Marques manteve uma denominação inglesa até os anos 60: o *Guardian* (Capela, 2010, p.151).

A imprensa nas colônias portuguesas não chegou de modo simultâneo. De acordo com Andrade (2017), os tipógrafos surgiram durante o século XIX, inicialmente em Cabo Verde, seguido por Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e por fim, Guiné-Bissau. Em Moçambique esse fato se deu em 1857, inicialmente servindo para os Boletins Oficiais do Império, enquanto o jornalismo foi censurado pelos órgãos oficiais. O rádio, os jornais e as revistas só vão assumir um papel importante posteriormente. Já no século XX a literatura produzida em território moçambicano foi proibida pelo salazarismo, pelo seu conteúdo de caráter revolucionário. De acordo com Capela (2010), a imprensa durante a República tinha uma ligação com a causa operária, enquanto os jornais produzidos durante a ditadura salazarista tinham ligações com a Igreja Católica. A alfabetização (que se tornou uma realidade em territórios mais isolados graças às missões religiosas) foi um dos motivos que contribuiu para a formação dos novos países, uma vez que o acesso às escolas e também às universidades promovia o encontro de estudantes que puderam ter conhecimento das ideias anticolonialistas, inclusive entre membros da PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa). Assim, a militância e a literatura caminharam lado a lado durante a construção das nações na África.

A arte, através das problemáticas sociais, atuou como um veículo formador e divulgador de ideias e as vozes africanas, que antes eram reprimidas, passaram a ganhar forma dentro da literatura. Em Moçambique a produção literária se consolidou

a partir dos anos 40 do século XX, através dos periódicos escritos pelos intelectuais da época. Segundo Alves e Leal (2021):

Nesse contexto, os jornais impressos e as revistas literárias foram os mais efetivos e presentes instrumentos usados para a exposição das ideias anticoloniais, verdadeiros representantes do pensamento social e importante lugar de resistência exercida de diferentes formas, modificando-se ao longo do tempo e refletindo as realidades históricas. A escrita jornalística foi uma das formas mais utilizadas pelos intelectuais moçambicanos para fazerem com que suas ideias circulassem junto à população, a seus pares e a outros intelectuais das demais colônias (Alves e Leal, 2021, p. 2).

Os jornais e posteriormente os livros escritos por autores moçambicanos foram uma ferramenta a favor da luta. A imprensa foi peça importante na formação de uma identidade moçambicana, como instrumento ideológico divulgador de uma ideia de nação. Nas palavras de Braúna (2011, p.13): “a literatura é uma das mãos que escreve a nação, que lhe dá seus contornos”. Ainda segundo o autor, por ser um lugar de fala, a literatura se manteve constantemente relacionada com as questões políticas, onde a arte literária “respondia aos apelos que a nascença da nação lhe endereçava” (Braúna, 2011, p.16). Dessa forma, é possível afirmar que a literatura modifica o meio social ao mesmo tempo em que reflete a sociedade. Isso acontece porque a arte literária está em constante observação da realidade, permitindo um olhar voltado ao mesmo tempo para si e para o contexto. Ela permite ao leitor uma percepção da história, do meio, das singularidades, das memórias coletivas, do reconhecimento e da resistência, atuando também na reconstrução das identidades. Sobre isso, Gomes (2017) afirma:

Nesse contexto de mudança social, a literatura tem sido um importante instrumento na construção de um projeto de nacionalidade, por favorecer o autoconhecimento, à medida que possibilita o resgate e o registro de memórias. No caso da produção romanesca africana em língua portuguesa, a focalização de fatos históricos tem sido recorrente, de modo a, entre outras contribuições, oportunizar às populações conhecerem o passado do seu país (Gomes, 2017, p. 9).

De acordo com Alves e Leal (2021) a arte, e mais especificamente a literatura, nos países colonizados foram transformados em um instrumento de combate com o qual os escritores “buscam construir e afirmar a sua identidade, questionar e subverter a própria condição de colonizado” (Alves e Leal, 2021, p.1). Ainda segundo a autora,

essas expressões estimulam o enfrentamento ao colonizador, assim como a formação das nações independentes. No caso de Moçambique, a literatura produzida no país pode ser mais bem compreendida quando analisamos a sua formação. De acordo com Silva (2010) alguns autores definem esse processo através de uma periodização. A autora analisa as obras de Fátima Mendonça e Pires Laranjeira para traçar uma linha historiográfica sobre o tema:

A proposta de periodização da literatura moçambicana de Fátima Mendonça (1988) foi uma das primeiras a circular no Brasil. Mendonça reconhece três períodos formativos: de 1925 a 1945/1947, daí até 1964 e desse ano até 1975... O livro de Pires Laranjeira, por sua vez, traça um panorama das literaturas dos cinco países africanos de língua portuguesa. Desse, tomamos o vigésimo segundo capítulo, no qual o autor propõe uma periodização que divide a história da literatura de Moçambique em cinco períodos distintos. (Silva, 2010 p.35)

Para Mendonça (Mendonça apud Silva, 2010) o primeiro momento foi marcado pela publicação de *O livro da dor*, de autoria do jornalista João Albasini, onde merece destaque também as obras de Augusto Conrado e Rui Noronha. Já o segundo período se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando alguns escritores se mostraram contra a dominação política colonial. Alguns nomes que marcaram essa fase são Augusto dos Santos Abranches, o renomado poeta José Craveirinha e Rui Guerra (esses dois últimos intelectuais foram presos em 1964). O último momento pode ser dividido em três linhas:

1. Uma literatura produzida segundo o reflexo ideológico da Frelimo;
2. Uma literatura produzida por intelectuais e distanciada do poder colonial;
3. Uma literatura luso-tropicalista.

Já o escritor Pires Laranjeira (Laranjeira apud Silva, 2010) considera a divisão da literatura moçambicana em cinco períodos distintos: *Incipiência, Prelúdio, Formação, Desenvolvimento e Consolidação*. O primeiro período é sinalizado pela permanência dos portugueses na região até o ano de 1924. O ano seguinte marca o início do segundo período, com a publicação de *O livro da dor* até o fim da Segunda Guerra Mundial. *Formação* vai de 1945 até 1963, sendo o ano de 1951 marcado pela publicação da primeira antologia da poesia moçambicana, intitulada *Poesia em Moçambique* e organizada por Orlando de Albuquerque e Vítor Evaristo. O penúltimo

período é o *Desenvolvimento*, inaugurado com a luta armada de libertação nacional até a independência de Moçambique em 1975, onde é preciso enfatizar obras como *Nós matamos o cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honana, e *Chigubo*, de José Craveirinha. O último momento, *Consolidação*, tem início na pós-independência e vai até 1992 (ano em que o país vivencia a sua abertura política) com a publicação de *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto. Pires Laranjeira posteriormente publicou estudos dedicados a analisar a obra desse autor, pela relevância que ganhou dentro da literatura moçambicana a partir dos anos 80.

Mia Couto é o codinome de Antônio Emílio Leite Couto. É filho de imigrantes portugueses e nasceu em cinco de julho de 1955 na cidade da Beira - Moçambique. Iniciou os estudos em medicina em 1971, mas abandonou o curso. Trabalhou como jornalista, atuou no órgão de imprensa da Frelimo e dirigiu a Agência de Informação de Moçambique. Como jornalista e escritor Mia Couto atuou diretamente na luta pela independência de seu país. Nas palavras do próprio autor:

Nasci e cresci numa pequena cidade colonial, num mundo que já morreu. Desde cedo, aprendi que devia viver contra o meu próprio tempo. A realidade colonial estava ali, no quotidiano, arrumando os homens pela raça, empurrando os africanos para além dos subúrbios. Eu mesmo, privilegiado pela minha cor da pele, era tido como um “branco de segunda categoria”. Todos os dias me confrontava com a humilhação dos negros descalços e obrigados a sentarem-se no banco de trás dos autocarros, no banco de trás da Vida. Na minha casa vivíamos paredes-meias com o medo, perante a ameaça de prisão que pesava sobre o meu pai que era jornalista e nos ensinava a não baixar os olhos perante a injustiça. A independência nacional era para mim o final desse universo de injustiças. Foi por isso que abracei a causa revolucionária como se fosse uma predestinação. Cedo me tornei um membro da Frente de Libertação de Moçambique e a minha vida foi, durante um tempo, guiada por um sentimento épico de estarmos criando uma sociedade nova (Couto, 2005, local. 191).

Através das obras escritas em uma prosa associada à liberdade poética, Mia Couto apresenta em suas narrativas um mapa dos momentos importantes vivenciados pelo seu país. Suas obras apresentam as trajetórias de lutas em Moçambique, a sua formação, a independência, a guerra civil, as tradições, os heróis nacionais, além da temática da formação do ser moçambicano, o sentimento de pertencimento. Entre a vasta obra do autor encontra-se o romance *Mulheres de Cinzas* (2015), primeiro livro da trilogia “As areias do Imperador”, que será o objeto de análise do próximo capítulo.

Capítulo III
Mulheres de Cinzas

3.1 Mia Couto

O português já é sua língua de alma, de cultura, e é curioso porque a língua do outro, de repente, é o grande instrumento de criação de uma identidade própria.

(Mia Couto)

Mia Couto é um expoente da literatura moçambicana contemporânea, um dos autores africanos mais representativos da atualidade. Recebeu prêmios literários, como o Prêmio Camões de 2013 e o Neustadt Prize de 2014, e suas obras foram traduzidas em mais de 30 idiomas. Seu primeiro romance *Terra Sonâmbula* (1992) foi considerado um dos melhores livros africanos do século XX.

Para além destas inovações, Mia Couto tem também o mérito de levar a literatura moçambicana para além dos limites de sua nação, dando a conhecer ao mundo todo, pelas inúmeras traduções de sua obra, os modos moçambicanos de ser e de viver, de pensar a realidade e de dizê-la. Na sua esteira, outros autores conseguiram também prestígio e reconhecimento, tais como Paulina Chiziane, Nelson Saúte, Vergílio de Lemos e outros. Essa projeção num circuito internacional, além das demais que já foram aqui mencionadas, é, também, uma importante contribuição da obra de Mia Couto para a história da literatura moçambicana (Silva, 2010, p.72).

Suas obras não estabelecem limites entre a tradição e a modernidade, entre o real e o mágico, apresentando aos leitores fatos reais da história do seu país através de narrativas ficcionais. Pela singularidade dos seus trabalhos, o autor conquista um número crescente de admiradores, além de ser tema de estudos acadêmicos muito além do campo das pesquisas literárias. A sua produção navega por contos, crônicas, romances e poesias e teve início em 1983, com a publicação de *Raiz de Orvalho*. Nele, Mia Couto aborda o tema identitário e a construção da nação moçambicana com o poema *Identidade*:

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando

O sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato
Morro
No mundo por que luto
nasço
(Couto, 1983, p.13)

Como vimos no capítulo anterior, a ideia de nação em Moçambique é uma construção recente e a literatura de Mia Couto, assim como o próprio autor, é um elemento essencial dentro desse processo. O estudo das suas obras ajuda a entender a história e a sociedade moçambicana, uma vez que seus trabalhos expressam as especificidades culturais, as tradições, a memória e a presença de diferentes povos na configuração do país. A linguagem poética de Mia Couto, os temas abordados pelo autor e o modo como ele conta as histórias trazem um tom inovador à sua literatura, considerada também um instrumento de afirmação das identidades. Identidades essas que são plurais e que são divulgadas e difundidas a partir das obras em questão.

A contribuição primeira e mais evidente da obra de Mia Couto para a literatura moçambicana é a busca de uma dicção própria, local. Para isso, Couto procura recriar o léxico, a sintaxe e inserir, nos textos escritos, alguns procedimentos que subsistem no mundo da oralidade, tais como formulações proverbiais. As culturas que subsistem na oralidade, em Moçambique, têm uma presença constante na obra do autor, que delas resgata elementos (...) Criatividade e competência literária, aliada ao gosto de contar histórias e de permutar experiências tanto com o leitor como com outros autores, no diálogo intertextual, fazem da obra de Mia Couto um dos marcos mais importantes do sistema literário moçambicano. Por meio dela, uma identidade moçambicana, híbrida e, certamente, ficcionalizada, vai-se dando a conhecer em todo o mundo, abrangendo um número cada vez maior de leitores. (Silva, 2010, p. 264)

Esse hibridismo é tema de diversos estudos acadêmicos no Brasil. Silva (2010) realizou em 2010 um levantamento sobre a fortuna crítica de Mia Couto no Brasil e constatou que o autor é estudado no país desde 1994, tendo se intensificado a partir dos anos 2000, onde grande parte dos trabalhos foi realizada na região Sudeste. Porém, o interesse pelo autor e a constante publicação de novas obras transformam esse quantitativo em um número maior atualmente. Além das teses e dissertações

que foram observadas por Silva, Mia Couto também é tema de inúmeros artigos, pesquisas e TCCs. O tema da identidade é recorrentemente pesquisado devido à importância do trabalho de Mia Couto para o seu país. Além disso, aparecem ainda como objeto de estudo sobre a obra do autor as tradições, as personagens femininas, os neologismos, a oralidade, os provérbios, os mitos, o fantástico, entre outros temas. A religião é também um ponto de interesse dos estudiosos e está presente em várias obras, uma vez que faz parte do cotidiano da população moçambicana e, por isso, também faz parte da vida dos personagens.

Mulheres de Cinzas (2015), faz parte da trilogia *As areias do Imperador*. Por se tratar de uma obra recente, existe um número menor de estudos e publicações a seu respeito, quando comparamos com outros trabalhos produzidos sobre Mia Couto. Mas, antes de entrar no universo de Imani, personagem da obra que será estudada, é importante fazer um registro da produção coutiana. O autor escreveu os seguintes livros de poesia: *Raiz de orvalho* (1983), *Raiz de orvalho e outros poemas* (1999), *Idades, cidades, divindades* (2007), *Tradutor de chuvas* (2011). Os livros infantis: *O gato e o escuro* (2001), *A chuva pasmada* (2004), *O beijo da palavrinha* (2006), *O menino no sapatinho* (2013), *A água e a águia* (2019). Os seguintes livros de contos: *Vozes anoitecidas* (1987), *Cada homem é uma raça* (1990), *Estórias abensonhadas* (1994), *Contos do nascer da Terra* (1997), *Na berma de nenhuma estrada* (1999), *O fio das missangas* (2003), *As pequenas doenças da eternidade* (2023). Os livros de crônicas: *Cronicando* (1991), *O país do queixa andar* (2003), *Pensatempos. Textos de opinião* (2005), *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções* (2009), *Pensageiro frequente* (2010). E os romances: *Terra sonâmbula* (1992), *A varanda do frangipani* (1996), *Vinte e zinco* (1999), *Mar me quer* (2000), *O último voo do flamingo* (2000), *Um rio chamado Tempo, uma casa chamada Terra* (2002), *O outro pé da sereia* (2006), *Venenos de Deus, remédios do diabo* (2008), *Antes de nascer o mundo* (2009), *A confissão da leoa* (2012), *Vagas e lumes* (2014), *Mulheres de cinzas* (2015), *A espada e a azagaia – no Brasil chamado de Sombras da Água* - (2016), *O bebedor de horizontes* (2017), *O mapeador de ausências* (2021).

Muitas dessas obras retratam a história de Moçambique, os acontecimentos pós-independência, a guerra civil vivenciada pela população, as transformações sócio-políticas ocorridas no país e que muitas vezes se misturam à biografia do próprio autor, que presenciou alguns fatos históricos, temas de suas narrativas.

No retrato da realidade, a prosa coutiana navega pelos vários assuntos que, direta ou indiretamente, assolam o seu país: o consumismo da elite moçambicana, o desemprego crônico, os deslocamentos de guerra e da seca a incharam os bairros de caniços na periferia urbana, a corrupção, o conflito entre os espaços urbanos e rurais, o conflito idiomático entre a língua portuguesa, a língua oficial do Estado moçambicano, e as várias línguas nacionais a conviverem no mesmo espaço, as querelas políticas entre a FRELIMO (partido atualmente no governo) e a RENAMO (partido de oposição). (Otinta, 2008, p.14)

Os temas de suas obras, aliado a sua escrita singular, transformam Mia Couto em um dos autores moçambicanos mais lidos atualmente. Silva (2010), no livro *O rio e a casa*, apresenta uma breve história da literatura em Moçambique. Entre seus apontamentos encontra-se a seguinte passagem:

Laranjeira (1995b) aponta quatro elementos que compõem o que ele chama de “modo de moçambicanidade” inscrito na obra coutiana:

- a. a criatividade da linguagem;
- b. o realismo na composição das ações e dos caracteres;
- c. a intromissão do imaginário ancestral, que transforma esse realismo em “realismo animista” (expressão usada pelos angolanos Pepetela e Henrique Abranches);
- d. o humor, que comparece em seis instâncias: na intriga, nas situações/acontecimentos, nos antropônimos, na narração (modo de contar), na enunciação e na linguagem. (Silva, 2010, p.67)

Para Laranjeira (Laranjeira apud Silva, 2010), a obra de Mia Couto é um marco na história literária de Moçambique:

O que torna os seus textos tão sedutores? Antes de mais, a inovação linguística, que se verifica, como foi dito, na criação de neologismos muito engraçados (...) Associada à graciosidade da criação de novas palavras, Mia Couto constrói um discurso que, por vezes, leva o leitor a pensar que se trata de pura oralidade. Mas é muito mais do que isso: uma sofisticada maneira de combinar, juntando leveza de percepção e inventividade, as falas quotidianas do povo moçambicano com uma construção gramatical do português que explora as possibilidades eruditas da língua em discurso simples, como se uma mulher do povo expusesse na sua língua modos encantatórios de dizer certas coisas especiais. (Laranjeira, 2012, p. 59)

Mia Couto se destaca pela criação de palavras, trazendo novos significados para elas, dizendo coisas que de outro modo não seriam ditas. Podemos ver isso, por exemplo, no livro *Cada homem é uma raça* (2016), onde o autor nos traz neologismos como: “passarinheiro”, “esvoavam” e “varandeando”. Ou em *Terra Sonâmbula* (2016),

onde os personagens falam: “choraminguante”, “cantarinhar”, “boquiaberturas”, “sozinhidão”. Além dos neologismos, as obras coutianas também nos apresentam narrativas escritas em uma prosa poética, como no livro *A confissão da Leoa* (2012), na passagem: “As aves abocanham o céu, os ramos rasgam as nuvens, a chuva morde a terra, os mortos usam os dentes para se vingarem do destino.” (Couto, p. 23). Ou no livro *A varanda de frangipani*: “Escute bem: a cada noite eu me converto em água, me trespasso em liquido. Meu leito é, por essa razão, uma banheira”. (Couto, 2007, p.81). Para se compreender melhor a riqueza e a inovação presente em Mia, Carneiro (2016) nos diz sobre o livro acima citado:

Nesse romance, Mia Couto manifesta sua grande habilidade criativa, no que concerne ao objeto de estudo deste trabalho, criando uma imensa quantidade de itens lexicais: 264 criações, dentre os quais, 112 são verbos; sendo que, destes, conforme o dicionário Ferreira (2010), 62 ainda não estão registrados lexicograficamente. (Carneiro, 2016)

A extensa obra do autor poderia ser discutida e analisada de forma quase inesgotável para aqueles que desejam se debruçar sobre ela. São diversos temas que nos servem de objeto de estudo. No presente trabalho, o nosso foco será o livro *Mulheres de Cinzas* (2015), objetivando analisar a identidade e sua presença na obra.

3.2 Apresentando *Mulheres de Cinzas*

As narrativas que Mia Couto nos apresenta em suas obras são um instrumento de propagação da identidade moçambicana. Os mitos, que remetem a uma criação/fundação do país, estão presente em diversos trabalhos do autor. Além disso, a resistência dos povos que não aceitaram a presença colonizadora (como podemos perceber em *Mulheres de Cinzas*, ilustrada pelo Império de Gaza) e as trocas culturais entre os povos que habitavam a região (e entre tais povos e os europeus) também são temáticas importantes dentro das obras para o debate sobre a identidade. Esse retorno ao passado através de histórias sobre povos e tradições, aliado à revalorização dos costumes próprios do povo moçambicano visa manter viva na memória coletiva a formação da região que hoje denominamos Moçambique.

Na obra *Mulheres de Cinzas* (2015) Mia Couto oferece uma amostra do processo de assimilação cultural, fator determinante para a configuração das Nações

que possuem em sua trajetória um passado colonial. Conhecer o mundo colonial que está presente na obra é fundamental para entender as relações atuais no país; pensar a colonização e a independência também é necessário para compreender as particularidades dessas relações. A construção da nação e da identidade em grande parte dos países que foram colonizados é reflexo dos processos sócio históricos vivenciados pelos seus habitantes e a literatura de Mia Couto auxilia nesse mergulho às reflexões. Sobre a nação, em *Mulheres de Cinzas* (2015), o tema aparece já no primeiro capítulo:

A estrada é uma espada. A sua lâmina rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulharemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguirmos salvar. (Couto, 2015, p.11)

A nação moçambicana hoje é o reflexo da sua história, marcada pela constante presença de diferentes povos na região e pela invasão, ocupação e dominação portuguesa. Gungunhana foi o último dos líderes do Império de Gaza, último ponto de resistência contra os colonizadores. Sua imagem foi utilizada posteriormente pelo governo da Frelimo para a construção da nação e da identidade moçambicana, através da representação de um herói, um dos mitos fundadores do país. Gungunhana também é um dos personagens da trilogia *As areias do Imperador*, publicada entre 2015 e 2018 aqui no Brasil. Ela é composta por *Mulheres de Cinzas*, *Sombras da água* e *O bebedor de horizontes*. O primeiro volume se passa no fim do século XIX e se volta para a narração da ocupação territorial portuguesa no país. Na nota introdutória do romance Mia Couto lembra:

Esta narrativa é uma recreação ficcional inspirada em factos e personagens reais. Serviu de fonte de informação uma extensa documentação produzida em Moçambique e em Portugal e, mais importantes ainda, diversas entrevistas efetuadas em Maputo e Inhambane. De todos os entrevistados, é justo destacar o nome de Afonso Silva Dambila, a quem devo expressar a minha profunda gratidão. (Couto, 2015, p. 9).

A narrativa é contada por dois personagens com visões de mundo diferentes em vinte e nove capítulos intercalados: Imani - em primeira pessoa - e o sargento Germano - em uma narrativa epistolar. Os capítulos destinados à história de Imani recebem os seguintes títulos: Desenterradas estrelas; A página do chão; O sargento

que escutava rios; Nas asas de morcegos; Recados dos mortos, silêncio dos vivos; O pecado das mariposas; Entre juras e promessas; Um rei em pó; Um relâmpago vindo da terra; Cavalos brancos, formigas negras; Um irmão feito de cinza; Um morcego sem asas; Terras, guerras, enterros e desterrados; O voo das mãos e A estrada de água. Enquanto os capítulos epistolares se chamam *primeira carta do sargento*, *segunda carta do sargento*... totalizando quatorze cartas ao final do livro. A última carta, embora fale em nome do português, foi escrita por Imani, após Germano de Melo ser ferido.

Imani pertence à tribo VaChopi, é uma menina de 15 anos educada em uma missão religiosa, falante do português, que serve de intérprete para o sargento Germano de Melo, deportado para Moçambique como punição. A língua portuguesa é o elo entre ambos e o fio condutor durante toda a narrativa. Imani faz parte de dois mundos distintos. Um deles é o mundo ao seu redor, dentro do território moçambicano, onde se vivenciam hábitos e costumes herdados das etnias dos seus antepassados. Esse mundo está presente na sua imagem, que carrega uma marca de nascimento e tem a cor como identificação. Na obra, ele aparece em diversas passagens que relatam a vida dos habitantes locais. O outro mundo é o mundo colonial, internalizado por Imani através do processo de assimilação, após o contato com o padre Rudolfo Fernandes. A assimilação resultou das experiências de Imani ao ser educado dentro dos moldes europeus. Isso transformou Imani, que adquiriu novos comportamentos, hábitos, o uso da língua portuguesa e modos de pensar que a distanciaram dos habitantes de sua aldeia, como veremos mais adiante.

Imani não pertence a um lugar, ela transita entre lugares, como uma identidade em construção. Mesmo o seu nome simboliza os questionamentos acerca da sua identidade. A primeira escolha se deu após várias tentativas de nomeá-la ainda criança. Em sua aldeia o nome dado a um recém-nascido “vem de um sussurro que se escuta antes de nascer” (Couto, 2015, p. 15). Layeluane, nome da sua avó paterna, foi o nome escolhido. Porém, ao consultar um adivinho sua família descobre que o nome não tinha legitimidade e por isso foi necessário consultar outro personagem místico, mediante pagamento, para que ficasse tudo em ordem. Como a criança não parava de chorar em seus primeiros meses de vida, foi percebido que havia algo errado e a família foi em busca da tia Rosi, que afirmou: “No caso desta menina, não é o nome que está errado; a vida dela é que precisa ser acertada”. (Couto, 2015, p.16) A mãe de Imani resolveu batizá-la de “Cinza” e após a morte de suas irmãs, ela passou

a ser chamada de “a Viva”. Em dado momento a escolha foi revista e, por fim, ficou decidido que se chamaria Imani.

A escolha de um nome é importante para que a sua existência tome forma, uma vez que só podemos reconhecer aquilo que podemos nomear através da linguagem. É a partir do nome que a história da personagem pode ser contada. No caso de Imani, a escolha do seu nome é bastante significativa: “A viva”, em oposição às irmãs mortas, já mostra a presença do jogo da diferença, pois é através do outro que eu me reconheço. Alguém chamado de “A viva” sempre seria lembrada em relação àquelas que se foram. Os vários nomes e o processo de escolha deles provocam reflexões sobre a identidade da personagem e o último nome escolhido, Imani, é significativo em relação à isso. Em uma passagem a personagem nos conta o seu significado:

Chamo-me Imani. Este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna “Imani” quer dizer “quem é?”. Bate-se a uma porta, e do outro lado, alguém indaga:

- *Imani?*

Pois foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta (...) Atribuir um nome é um ato de poder, a primeira e mais definitiva ocupação de um território alheio (...) Não sei por que me demoro tanto nestas explicações. Porque não nasci para ser pessoa. Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou dos VaChopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique. (Couto, 2015, p. 15, 16 e 17)

A personagem vive com sua família em Nkokolani, aldeia onde se passam os acontecimentos do primeiro livro. Além deles, o sargento Germano de Melo também se estabelece na região, em um quartel abandonado, com o objetivo de lutar contra o líder Gungunhana. O local é marcada pelos conflitos entre as nações (Imani utiliza o termo nação, no plural, para falar dos povos locais com características e tradições próprias) e pela luta para dominar o território: de um lado as forças de Gungunhana e do outro o exército português que quer ocupar efetivamente a região:

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretensos proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. O exército dos VaNguni era bem mais numeroso e poderoso. E mais fortes eram os seus espíritos, que mandavam nos dois lados da fronteira que rasgou a nossa terra ao meio. De um lado, o Império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngunguny ane. Do outro lado, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que

nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal. Os outros povos, nossos vizinhos, moldaram-se à língua e aos costumes dos invasores negros, esses que chegavam do sul. Nós, os VaChopi, somos dos poucos que habitam as Terras da Coroa e que se aliaram aos portugueses no conflito contra o Império de Gaza. (Couto, 2015, p.17)

Essa ocupação colonial acontece não apenas militarmente, como também culturalmente. O europeu branco dominou as terras além mar com o intuito de salvar os negros da “selvageria”, dominando e afetando os costumes, as crenças, as línguas, as práticas e o modo de viver dos povos locais, o que conseqüentemente afetou a suas identidades culturais. De acordo com Rocha (2018), uma identidade coletiva é um acúmulo de práticas, hábitos, costumes e experiências vividas tanto a nível individual, como coletiva. Essas vivências são análogas para a maioria dos membros de uma determinada comunidade em um determinado território, que embora estejam dentro de fronteiras, estão também em constante mudança. Segundo Appiah (1997):

(...) as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades. Segundo, que elas florescem a despeito do que antes chamei de nosso “desconhecimento” de suas origens, isto é, a despeito de terem suas raízes em mitos e mentiras. (Appiah, 1997, p.248)

A identidade da personagem na obra está em processo de contínua construção, onde o sujeito resultante é marcado pelo hibridismo, uma identidade que não pode ser definida com precisão, uma negociação entre culturas e costumes distintos que marcam a experiência do sujeito. Como vimos no primeiro capítulo, é através da diferença e do contato com o outro que os sujeitos são modificados e suas identidades são criadas e transformadas (Silva, 2009). Essas transformações também aparecem no romance, em momentos que acentuam o fato do contato com o outro afetar os indivíduos, onde eles já não são mais considerados quem eram antes. Isso é possível de verificar, por exemplo, no seguinte trecho: “Os nossos jovens (...) retornavam da África do Sul e já não eram os mesmos, nunca mais voltavam a ser VaChopi” (Couto, 2015, p.109). No caso de Imani, a personagem não migrou de sua terra para ter contato com o outro. Pelo contrário, os colonizadores chegaram e ocuparam a região, criaram missões religiosas e alteraram o modo de vida dos habitantes. A partir desse contato, Imani passou a navegar entre dois espaços antagônicos, que dão origem a

quem ela é. Tal processo não aconteceu de forma branda, uma vez que, embora a família de Imani (em especial seu pai) fosse admiradora dos portugueses e dos costumes europeus, sabemos que essa assimilação e admiração foi consequência da imposição cultural colonizadora, processo vivenciado em todo o mundo colonial de forma quase sempre violenta. No caso de Imani, ela foi ainda criança para as missões religiosas e cresceu dentro do modelo de vida português, mas ao sair da missão, se deparou com o impacto das diferenças culturais entre a vida da sua família e a vida na sua aldeia, onde os habitantes mantinham o uso dos costumes locais. As diferenças estão presentes durante toda a obra, onde Mia Couto nos apresenta o cenário familiar de Imani e as relações com os outros moradores, além de apresentar o ponto de vista do sargento Germano de Melo, ou seja, a visão de um português. As reflexões do sargento deixam ainda mais evidente o quanto Imani não é como ele, pois não é portuguesa, apenas foi educada dentro de um modelo, falante da língua do colonizador; e também não é igual aos demais, pois não vivencia certas práticas e hábitos do povo VaChopi, embora também fale a língua deles. Imani navega entre esses dois espaços, sem pertencer integralmente a nenhum deles, um híbrido dos dois mundos, resultante da assimilação vivenciada e que vai caracterizar a sua identidade.

3.3 A identidade em *Mulheres de Cinzas*

No livro *Mulheres de Cinzas* podemos conhecer a história de Moçambique através de uma narrativa ficcional. A obra apresenta a experiência de Imani e sua família, que vivenciam o processo de aculturação. Ao praticarem os hábitos dos brancos, como vestimentas, língua, religião e alimentação, Imani e seus familiares passam a ocupar um não lugar, um espaço marcado pelo híbrido, enquanto os demais moradores de Nkokolani seguem os costumes locais. Para Imani, tais práticas resultam tanto dos comportamentos passados pela sua família, como do que foi aprendido com o colonizador. Sua família segue um modelo de vida diferente, seu pai admira os portugueses e, por esse motivo, manda seus filhos estudarem em missões religiosas. Imani retorna para casa falando o português, sabendo ler e escrever. A partir disso, Imani se torna uma estrangeira dentro da sua própria aldeia e da cultura onde vive.

Essas transformações sofridas a partir do contato com os portugueses são responsáveis pela modificação da estrutura familiar e social de Imani e, conseqüentemente, da sua identidade. Tais transformações estão presentes, por exemplo, nos novos hábitos alimentares adquiridos e também na arquitetura colonial presente na moradia da família. Podemos visualizar isso a partir do seguinte trecho:

Em tudo o mais tínhamos abandonado os nossos próprios alimentos - a mapira e a mexoeira. Musisi estava certo: nós já imitávamos os invasores. E fazíamos-lo no que é mais visceral: comíamos o que eles comiam. (Couto, 2015, p.135)

A inveja escolhera o nosso lugar como moradia. Apesar de feita de pau e argila, a nossa casa era a única na aldeia. As paredes eram caiadas e as portas pintadas com motivos garridos. O amplo espaço interior, as múltiplas divisões, o formato retangular, a vasta varanda na parte dianteira: tudo isso nos fazia diferentes.

Nas restantes residências havia muito que se tinham apagado as tradicionais lamparinas, os *xipefos* alimentados a óleos de *mafurra*. No alpendre da nossa casa, dois candeeiros a petróleo sinalizaram os privilégios da nossa família, o clã dos Nsambe. (Couto, 2015, p.137)

Esse hibridismo, que está representado na obra pela reprodução de padrões de comportamento resultantes da assimilação, é uma marca dos países colonizados que foram dominados culturalmente, tendo seus costumes negados e substituídos por imposição dos colonizadores. Vimos que as tradições podem ser inventadas com o intuito de alterar os costumes locais (Hobsbawm, 2021). No caso de Moçambique, a imposição de mudanças na estrutura social teve o intuito de fortalecer o poder dos brancos diante da população marginalizada. Isso resultou na internalização simbólica de sentimentos de inferioridade, onde o branco é visto como superior. Na obra, isso aparece constantemente na figura do pai de Imani, que admira o que é relativo ao português, ao branco, permitindo os leitores visualizar a partir de sua visão uma hierarquia baseada na cor: o que é trazido pelo colonizador tem mais valor. Falar a língua portuguesa, por exemplo, aparece como um marcador de status pela visão do personagem. E Imani, além de ser falante, lê e escreve em português.

A língua foi um importante instrumento de transformação e assimilação e um elemento responsável pelo hibridismo na identidade da personagem. Vimos que o ensino da língua e o seu uso de forma unificada quando várias línguas são faladas dentro de um mesmo território é uma estratégia com fins ideológicos (Hobsbawm, 2020). Sobre isso, Piedras (2017) faz a seguinte afirmação:

As tradições de um povo são repassadas às gerações por meio da língua, assim interferir na linguagem do colonizado reflete na mudança de sua história. Há a resignificação do cotidiano individual e coletivo em que vários aspectos são inventados, a partir do mosaico de tradições moçambicanas. (Piedras, 2017, p.26)

No livro, os personagens da aldeia que não aceitam a presença portuguesa na região demonstram reconhecer o português como estratégia de dominação:

— Sabe que língua falamos, eu e os ingleses? Falamos zulu. Segundo ele, os ingleses, ao contrário dos portugueses, aprendiam a falar a língua dos cafres. É por isso que conviviam em bons termos com a corte do Gungunhana e se sentavam ao lado dele como conselheiros... (Couto, 2015, p. 103)

— Eu sou muchope de coração. Tal como você, caro cunhado.

— Não me chame de muchope! Quem inventou esse nome foram os invasores. Eu cá sou dos VaLengue, que é o nosso nome mais antigo. Eu venho do arco e da flecha, gosto de peixe e não uso boi para cerimônia. (Couto, 2015, p. 142)

— Nunca mais me chame de irmão. Você é irmão dos brancos. (Couto, 2015, p. 326)

Já entre os membros da família de Imani diferentes línguas são faladas, diferentes hábitos e costumes se misturam, formando um mosaico, marcando a identidade dos personagens. Essa dualidade aparece na representação dos seus dois irmãos, pois enquanto um luta ao lado do exército de Gungunhana, o outro luta ao lado dos portugueses.

Desde cedo Dubula se mostrou inteligente e expedito. Deram-lhe um nome *zulu* e essa escolha já dizia do seu estranho fascínio pelos invasores VaNguni. *Dubula* quer dizer “*Disparo de arma*” (...) Em oposição, Mwanatu, o mais novo, era lerdo e incapaz. Desde criança que vivia fascinado pelos portugueses. Essa simpatia fora encorajada pelo nosso pai, que, ainda com tenra idade, o enviou para a catequese. E ficou junto comigo, internado na Missão. (Couto, 2015, p. 49 e 50)

Dubula, o mais velho, não precisou escolher. A vida escolheu por ele. Ainda menino, obedeceu aos rituais de iniciação, de acordo com as antigas tradições. (...) Já Mwanatu, o mais novo, foi educado nas letras e nos números. Os rituais que teve foram os dos brancos: católicos e lusitanos. A nossa mãe alertava: A alma que lhe deram já não se sentava no chão. A língua que aprendera não era um modo de falar. Eram uma maneira de pensar, viver e sonhar. E nisso éramos parecidos, eu e ele. Os receios da nossa mãe eram claros: de tanto comer a língua portuguesa, não teríamos boca para qualquer outra fala. E seríamos ambos devorados por essa boca.

Hoje penso que a nossa mãe estava certa nos seus receios. Onde o filho via palavras, ela via formigas. (Couto, 2015, p. 51)

Enquanto os irmãos seguiram caminhos diferentes, Imani incorpora aspectos presentes em ambos, ela é a personificação dos dois mundos em uma só figura: parte dela reproduz os costumes familiares de seus ancestrais e parte adere aos costumes aprendidos com os missionários. Essa educação cristã também tinha finalidades coloniais, de controlar e explorar a população local, através da doutrinação, extinguindo os hábitos e costumes dos povos nativos, além de unificar os deuses locais na figura de um único salvador. Fato que também provoca a existência de várias crenças religiosas existindo de forma concomitante. Imani acredita nas mesmas crenças que a sua mãe, crenças que trilham um caminho sobrenatural, ao mesmo tempo que reza para o Deus português, aprendido na missão. Em certo momento o sargento Germano de Melo questiona a personagem ao ouvir dela que os mortos são responsáveis por fazer a Terra andar, eles abrem o caminho para as aves e as chuvas:

Onde aprendeste tudo isso?, perguntei, a medo. Não tive que aprender, respondeu. Sou feita de tudo isso. O que me tiveram que ensinar foram as histórias dos brancos.

- Mas tu não és católica?

- Sou. Mas tenho muitos outros deuses. (Couto, 2015, p. 287)

Além de Imani e seus irmãos, a narrativa também apresenta a trajetória de vida de outros personagens: o pai, a mãe, o avô de Imani e o sargento Germano de Melo. Personagens que ao longo da obra marcam presença através de afirmações sobre quem Imani é e quem ela deve ser por pertencer e ao mesmo tempo não fazer parte do mundo que os rodeia. Em um trecho do livro o pai de Imani afirma: “*Chega, Imani. Agora venha aqui, venha beber que é para esquecer quem você é: uma pobre preta, com cheiro de terra*”. (Couto, 2015, p. 303) Em outro momento seu pai lhe conta a seguinte história que ouviu de seus ancestrais:

Naquele tempo, os morcegos cruzavam os céus com a vaidade de se acreditarem criaturas sem semelhança neste mundo. Certa vez, um morcego tombou ferido numa encruzilhada de caminhos. Passaram por ali os pássaros e disseram: olha, um dos nossos! Vamos ajudá-lo! E levaram-no para o reino dos pássaros. O rei das aves, porém, ao ver o morcego moribundo, comentou: ele tem pelos e dentes, não é dos nossos, levem-no daqui para fora. E o pobre morcego foi depositado no lugar onde havia tombado. Passaram os ratos e disseram: olha, é um dos nossos, vamos salvá-lo! E conduziram-no à presença do rei dos ratos, que proclamou: tem asas, não é dos nossos. Levem-no de volta! E conduziram o agonizante morcego para o fatídico entroncamento. E ali morreu, só e desamparado, aquele que quis

pertencer a mais do que um mundo. Era evidente a moralidade da fábula. Por isso estranhei a sua pergunta, no final:

- Entendeu, filha?

- Acho que sim.

- Duvido. Porque esta história não é sobre morcegos. É sobre você, Imani. Você e os mundos que se misturam dentro de si. (Couto, 2015, p. 88-89).

A mãe de Imani, Chikazzi Makwakwa, aderiu aos costumes trazidos para casa pelo marido, mas ainda mantinha hábitos, crenças e tradições de sua etnia. Já o pai de Imani, admirador dos portugueses, foi o responsável por permitir à filha viver nas missões religiosas, onde ela pôde aprender os costumes e a língua do colonizador. Segundo Chikazzi, ele sentia ciúmes: “- De mim, por não lhe dar toda a atenção; de si, porque foi educada pelos padres. Você pertence a um mundo onde ele nunca poderá entrar”. (Couto, 2015, p.27). Essa educação recebida por Imani provocou a sua segregação diante da aldeia, ela se tornou diferente deles, passou a ser o outro. Em um determinado momento Chikazzi afirma para Imani: “- Você é uma má companhia, é o que ele diz. Para esta aldeia, minha filha, você merece grandes suspeitas. o seu destino é ficar solitária, solteira e sem filhos. Agradeça ao seu pai.” (Couto, 2015, p. 204). Imani tem em seu futuro a certeza da solidão e o distanciamento dos demais, por ter sido educada e adquirido os costumes portugueses que o pai tanto aprovava. Ao mesmo tempo, mais adiante Chikazzi afirma: “Não perca a esperança, filha. Você ainda não deixou de ser uma lamu” (Couto, 2015, p. 205). Isso demonstra as contradições presentes na personagem: Imani não deixou de ser lamu, ao mesmo tempo em que ela já não é mais. Ela se entregou ao mundo do “outro”, o mundo do colonizador, mas isso também não faz dela uma mulher portuguesa. Ela não pertence a um lugar.

Essas contradições presentes na obra delineiam a personagem e reafirmam sua identidade, ora como VaChopi, ora como alguém que não pertence ao seu povo. Uma identidade que não é fixa, marcada pelas trocas, sendo construída e reformulada. Até mesmo as falas do sargento Germano de Melo trazem essa questão sobre Imani, quando o mesmo viu seu corpo iniciar um balanço ao som das marimbas: “Finalmente, vejo que és africana! Por um momento cheguei a acreditar que eras portuguesa”. (Couto, 2015, p. 159) Por Imani falar português e ter hábitos colonizados fez o sargento Germano quase reconhecê-la como portuguesa, mas outros aspectos em seu comportamento fazem dela uma africana. A africanidade de Imani se apresenta

também na linguagem não verbal, no movimento do seu corpo, na demonstração de sincronia com o som das marimbas, instrumento que faz parte da sua cultura. A sua cor também é um elemento de diferença, que marca sua existência no mundo, uma marca que carrega um registro de nascimento em terras africanas.

Esse hibridismo, ora trazendo elementos culturais locais, ora representando elementos da cultura portuguesa, está presente em outros personagens da obra. Ao final do primeiro livro o irmão de Imani, Mwanatu, se vê diante de um momento decisivo, sua mãe pede que ele se desfaça de sua espingarda, enterrando-a, para assim, enterrar a própria guerra, o que causou em Mwanatu inquietação:

Ele tinha muitas pessoas brigando dentro dele: um cabo e um *kabweni*, um negro e um branco, um cristão e um pagão. Como tornar-se uma só criatura? Como voltar a ser apenas o seu filho? (Couto, 2015, 294).

Em outro momento, o tio de Imani, deseja solicitar ajuda portuguesa para lutar contra os soldados de Gungunhana e Imani descreve a preparação para tal acontecimento, afirmando a existência de dois mundos – o mundo do colonizador e o mundo do colonizado - dentro de um só ser:

Todos neste mundo vivem num único lugar e num irrepitível tempo. Todos, menos nós, os de Nkokolani. Como os morcegos da lenda, nós morávamos numa encruzilhada de mundos. Uma invisível e insuperável fronteira atravessava a nossa alma. Essa duplicidade iria ser provada na manhã em que o tio Musisi despertou mais cedo do que era costume, amarrou na cintura o mais solene dos panos e, sobre o tronco nu, ajustou o casaco que o pai lhe enviara das minas. O seu corpo recebia assim trajes de dois mundos. (Couto, 2015, p.174)

Sobre as roupas usadas por Imani e alguns membros da sua família: tinham o hábito de se vestir ao modo português. Em passagens do romance a personagem nos traz relatos sobre as vestimentas utilizadas, fazendo um contraponto com o modo de se vestir dos moradores de sua aldeia e o que isso provocava neles:

Eu e a mãe éramos as únicas mulheres que não vestiam os *sivanyula*, os tecidos de cascas de árvore. As nossas vestes, compradas na cantina do português, cobriam o nosso corpo, mas expunham-nos à inveja das mulheres e à cobiça dos homens. (Couto, 2015, p. 20 e 21) As mulheres solteiras invejavam a minha pertença ao mundo dos brancos: eu era quem elas nunca poderiam ser. (Couto, 2015, p. 256)

Olhei os seus pés gretados. Naquele momento envergonhei-me das minhas sandálias. E pesaram, de culpa, as minhas pernas. Com exceção dos da minha casa, ninguém na aldeia conhecia o calçado. Bastava isso para que fôssemos chamados de VaLungu, os brancos. (Couto, 2015, p.110 e 111)

É importante afirmar que embora outros personagens façam afirmações sobre a identidade de Imani, ela também levanta questionamentos sobre si, sobre sua história e sobre o seu povo. Ela reconhece seus desejos, reconhece a presença do mundo dos brancos em sua vida, reconhece os novos hábitos que adquiriu e que passou a reproduzir cotidianamente. Isso provoca em Imani o desejo de partir com o português e viver outra vida, pois se reconhece como diferente de todos ao seu redor, ao mesmo tempo em que ela também demonstra saber que não faz parte do mundo dos brancos. Esses impasses e questionamentos representam as identidades que foram se construindo e se reformulando desde os primeiros contatos com os europeus: “Eu e os meus irmãos éramos produto dessa mistura de histórias e culturas” (Couto, 2015, p.21 e 22). Dessa forma, Imani não sabia a qual mundo pertencia, quem eram seus aliados ou seus inimigos:

Enquanto caminhava fui pensando: o meu irmão juntara-se à batalha na certeza de que conhecia o seu inimigo. Comigo era o inverso: eu não sabia a quem odiar. Não tinha por quem morrer. O que quer dizer que não sabia a quem amar. E invejei o modo como ele, perdido o sentido de viver, encontrara uma razão para morrer (Couto, 2015, p. 256)

Nesse trecho é evidente como a colonização portuguesa afetou o processo identitário da personagem no romance, assim como dos diversos povos colonizados, ou seja, a dinâmica da dominação foi responsável por moldar as identidades dos sujeitos nas colônias. Identidade essa que foi construída a partir do contato com o outro e teve a língua como um dos principais elos de ligação entre esses dois mundos, o fio condutor da narrativa responsável por aproximar Imani do mundo dos brancos.

- Estou aqui, mãe.
- Você já saiu, filha. Você fala conosco em português, dorme com a cabeça para o poente. E ainda ontem falou da data do seu aniversário. Onde aprendera eu a medir o tempo? Os anos e os meses, disse ela, têm nomes e não números. Damo-lhes nomes como se fossem seres viventes, desses que nascem e morrem. Aos meses chamamo-lhes o tempo dos frutos, o tempo em que se fecham os caminhos, o tempo das aves e das espigas. E outros, muitos nomes.

Mais grave ainda era a minha alienação: os sonhos de amor que tivesse não seriam na nossa língua, nem seriam com a nossa gente. Foi assim que a mãe falou.
(Couto, 2015, p. 48)

Como vimos, a língua é um instrumento de unificação em torno de uma nação, em torno de uma identidade coletiva. Uma língua comum entre membros de um território pode originar símbolos com o objetivo de criar laços afetivos ou o sentimento de pertencimento diante de um discurso. Desse modo, a língua delimita quem pertence a um espaço e quem não pertence. Ela distingue os membros de uma cultura da cultura vizinha e assim, através da comunicação, do uso compartilhado da língua, as identidades vão se construindo e se afirmando. No caso do romance, a língua portuguesa molda o modo como Imani passa a se reconhecer, a perceber o mundo e a pertencer a ele. De acordo com Moura (2018):

A língua, por mais que não fosse o único, talvez nem mesmo o principal elemento de construção de uma identidade, em termos de identificação do sujeito com a nação, era fundamental para o sentimento de pertencimento ao coletivo (Moura, 2018, p37).

Isso se deve ao fato de que através do compartilhamento de uma língua comum podemos afirmar o pertencimento a uma comunidade, podemos afirmar a existência de um eu e um “nós”. Segundo Hall (2006):

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (Hall, 2006, p.40)

Dessa forma, a partir do momento em que uma língua é utilizada por membros de uma comunidade que a compartilham, ela pode ser usada como instrumento de dominação cultural, pois ela é capaz de moldar o modo de pensar através do discurso ideológico. Os assimilados, como o pai de Imani, reforçam essa ideia: para ele a língua portuguesa tem mais valor:

- Vocês podem ter armas, mas eu tenho todo esse chão onde escrevo os nomes dos falecidos. Cuidado comigo...
Resmungou para si mesmo, como se mastigar veneno: satanhocos, nem nome para dizer “papel” têm na vossa língua. (Couto, 2015, p. 46)

Aqui vale lembrar a fala de Chikazzi afirmando que o pai de Imani sentia ciúmes, pois a filha foi educada pelos missionários e fazia parte de um mundo onde ele jamais entraria. No trecho a seguir podemos observar como a escrita é valorizada pelo personagem:

– Estou a escrever – disse ele, ao sentir-me perto.
– A escrever?
– Não é só você que escreve...
– E o que tanto escreve, pai?
– São os nomes de todos que morreram na guerra.
Olhei para o chão e vi que a terra por ele revolvida se estendia para além do horizonte. Contudo, mesmo sob o intenso luar, os rabiscos na areia eram ilegíveis.
– E quem vai ler tudo isto?
– Deus! (Couto, 2015, p.41)

A questão da língua também está presente quando Imani fala em português com o sargento Germano, nesse momento ele “quase esquece” que ela é africana. Em outro trecho, ao falar em sua língua nativa, Imani é vista pelo sargento como uma negra de alma quase branca. Falar em txitxope permite Imani se expressar de um modo que só pode ser feito a partir da língua materna. No momento em que ela sente raiva de Germano e do que se relaciona ao mundo colonial, a forma que ela encontra de demonstrar isso é em sua língua. Só através dela certas coisas passam a ter sentido e significado. Só através da sua língua materna ela pode negar o outro, confrontá-lo. Ao mesmo tempo, Imani também reconhece que está fadada a morrer em sua própria língua, uma vez que os sentimentos são expressos através dela:

Não tenho preparação, confesso, para entender as metafóricas alusões que povoam as falas destes negros. Imani tem uma alma quase branca, mas ainda me surpreende com essa linguagem. (Couto, 2015, p. 310)
Mais do que o insulto, me deleitou falar-lhe em txitxope. Talvez nenhum negro dominasse tão bem a língua portuguesa. Mas o ódio que sentia apenas podia ser dito no meu idioma materno. Eu estava condenada: haveria de nascer e morrer na minha própria língua. (Couto, 2015, p. 200)

Durante a narrativa de *Mulheres de Cinzas* a língua também aparece como dispositivo de poder. No caso da língua falada, ela serve como demonstração de êxito da conquista territorial portuguesa, pois um negro se comunicando em português representa um negro silenciado. Reproduzo aqui um pensamento de Imani sobre esse tema:

Estava ali patente essa dualidade de critérios. Os brancos podem falar de variados modos: diz-se que têm sotaques. Só a nós, negros, não é permitido outro sotaque. Não basta falarmos a língua dos outros. Temos que, nesse outro idioma, deixar de sermos nós. (Couto, 2015, p. 341)

Já o domínio da leitura e da língua escrita representava uma ameaça para os portugueses. O sargento Germano de Melo, por exemplo, desconfiava de Imani pelo fato da personagem saber ler. Em determinado momento ele afirma em suas cartas:

Não sei por que razão me causa impressão ver um preto escrever. Apraz-me que falem a nossa língua com propriedade e sem sotaque. Contudo, sinto como uma invasão o domínio que eles possam ter da escrita. (Couto, 2015, p. 269)

Para Imani, a leitura permitiu o acesso a conteúdos proibidos. Em uma passagem da obra a personagem, escondida do sargento, lê cartas enviadas para ele e obtém informações sobre a guerra, compartilhando com a sua família o conteúdo. Já a escrita permitiu à personagem a possibilidade de narrar sua história, como veremos adiante. Dessa forma, a língua que foi utilizada como aparato a favor da dominação colonial, surge como um instrumento a favor da personagem.

Em toda a obra, Imani narra os acontecimentos em primeira pessoa, enquanto o sargento Germano troca cartas com seus superiores sobre a guerra que estava ocorrendo. Tais cartas tinham o intuito de informar os últimos acontecimentos em terras africanas, enquanto Portugal tentava impedir a todo custo o aumento do poder de Gungunhana na região. De um lado temos o ponto de vista de uma mulher africana e do outro o ponto de vista do homem branco europeu, representando o contraponto entre os colonizadores e colonizados. Através das missivas são trocadas informações importantes entre o sargento e seus superiores, informações sobre o andamento da guerra, as decisões tomadas pelo governo, os próximos passos que poderiam ter o poder de decidir o destino dos personagens.

Já no final da obra, o sargento Germano recebe a visita de sua amiga italiana, Bianca Marini. Ela está presente nos últimos acontecimentos do primeiro livro e acompanhará os personagens a partir desse momento. Além dela, Imani e Germano estão no quartel no momento em que a população local vai até lá com o objetivo de tomar as armas portuguesas, no intuito de enterrá-las. Mwanatu, irmão de Imani, está à frente do grupo, armado, enquanto Germano de Melo, na tentativa de se defender, se prepara para atirar. Imani se vê diante da possibilidade de salvar a vida do irmão, mas para isso seria preciso atirar em Germano. Não tendo outra escolha, a personagem acaba ferindo o português. Passado o acontecimento e com a mão ferida, Germano, acompanhado de Imani, seu pai Katini, Mwanatu e Bianca Marini seguem em busca do único hospital da região para salvar a vida do sargento. Nesse momento, o colonizador branco não consegue mais escrever e passa a depender de Imani para isso. Ela faz o seguinte relato:

Agora entendo: aprendi a escrever para melhor relatar o que vivi. E nesse relato vou contando a história dos que não têm escrita. Faço como o meu pai: na poeira e na cinza escrevo os nomes dos que morreram. Para que voltem a nascer das pegadas que deixamos (Couto, 2015, p. 342)

O livro é encerrado no momento em que Imani assume o protagonismo da escrita dentro da narrativa. Os personagens seguem pelo rio em busca de ajuda para salvar o português. Os acontecimentos seguintes serão explorados nos livros *Sombras da Água* e *O bebedor de horizontes*.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo identificar na obra *Mulheres de Cinzas* a presença de uma identidade na personagem Imani, buscando compreender de que forma essa identidade se apresentava na obra em questão. Para isso, foi realizado no primeiro capítulo um estudo de conceitos importantes, como nação e nacionalismo visando entender como esses objetos são fundamentais para a construção das identidades. Regressamos um pouco no tempo a fim de verificar como a ideia de nação tomou forma na Europa e foi aos poucos sendo construída, até a formação dos Estados como conhecemos hoje. Em seguida analisamos como as nações se desenvolveram no continente africano, como esse processo aconteceu dentro de um território ocupado e colonizado, como é o caso de Moçambique, país que foi tema do nosso segundo capítulo.

A construção da nação perpassa elementos como a unificação de uma língua oficial; a criação de símbolos nacionais; a divulgação de narrativas, mitos fundadores, lendas, folclore; as delimitações dos espaços territoriais; e o conjunto de tradições que são praticadas por um grupo. Para isso, o Estado atua através da uniformização da língua, da propagação de ideias e da formulação de hinos, bandeiras, símbolos comuns aos membros da comunidade. Dessa forma, a nação pode ser entendida como uma comunidade imaginada. Todos esses elementos se unem em torno de um fim ideológico, que atua também garantindo uma liga sentimental entre os indivíduos. É através dessa cultura nacional que as identidades são construídas, afirmadas e divulgadas. Além da cultura nacional atuando sobre as identidades, outros elementos são necessários para seu entendimento. A diferença é um desses elementos, pois é através do outro que as identidades são pensadas. Também é preciso compreender as identidades a partir de relações de poder, que ditam quem será incluído ou excluído de um grupo, tendo em mente que as identidades não são fixas e estão sempre em construção, afirmada por instituições dominantes que usam, entre outras coisas, os mitos fundadores de um país para afirmá-la.

Podemos verificar isso quando estudamos, já no segundo capítulo, a história de Moçambique. Após a independência do país o Estado recém-criado utilizou os mitos fundadores para formular a identidade e o que é ser moçambicano. O passado colonial e a trajetória histórica são fatores importantes para a configuração das

identidades no país hoje. Moçambique, país da costa oriental africana, foi ocupado pelos portugueses, durante vários séculos, mas a ocupação efetiva só ocorreu após a Conferência de Berlim, que remodelou o mapa da África. Dessa forma, Portugal colonizou o território, sem levar em consideração a pluralidade de etnias, línguas, povos e culturas dentro do mesmo espaço, colocando em prática políticas segregacionistas. Durante todo o século XX a imprensa e a literatura foram utilizadas pelos moçambicanos como um instrumento de luta contra o colonizador e, posteriormente para a formulação da nação. A Frelimo, partido que assumiu o poder após a independência, fez uso de heróis nacionais para criar a ideia de uma identidade coletiva, através de memórias compartilhadas. Gungunhana, líder do Império de Gaza, principal ponto de resistência contra os portugueses no final do século XIX, foi um desses heróis.

Nas décadas seguintes a literatura em Moçambique atingiu um número cada vez mais expressivo de leitores. Desde os anos 80 a literatura contemporânea moçambicana tem sido amplamente difundida por meio de um dos autores mais consagrados atualmente: Mia Couto. Autor de uma vasta obra que navega entre crônicas, contos, poesias e romances, Mia Couto desde jovem se engajou na luta pela independência de seu país. Seus trabalhos apresentam aos leitores, entre outros temas, a história de Moçambique, a guerra civil e o passado colonial. Esse passado está presente na trilogia *As areias do imperador*, da qual fazem parte os livros *Mulheres de Sombras* (objeto de análise do nosso trabalho), *sombras da água* e *O bebedor de horizontes*.

O primeiro livro nos conta a visão de mundo da personagem Imani, uma menina VaChopi, presenciando a chegada dos portugueses na região onde vive, em um período marcado pelas guerras entre colonizadores e o Império de Gaza. Imani foi educada em missões religiosas cristãs, onde aprendeu a falar a língua portuguesa e adquiriu hábitos dos portugueses, provocando nela um processo de assimilação, resultando em um indivíduo com uma identidade em construção, permeada por conflitos e contradições. Ao retornar para a sua aldeia, Imani se deparou com as diferenças entre seu espaço familiar e os habitantes locais. A família de Imani era a única de sua aldeia a usar roupas e sapatos aos moldes europeus. Além disso, a alimentação, a arquitetura de sua casa e, principalmente, a língua, transformaram Imani em um sujeito híbrido, que caminha entre o mundo colonizador e o mundo dos

seus ancestrais, ora como Vachopi, ora como ora como alguém que já deixou de pertencer àquela etnia. Além da língua falada, a língua escrita aparece na obra como uma importante representação da afirmação de um status, de uma identidade que tem o domínio da língua como marcador. Imani sabe ler e escrever e isso será importante para os acontecimentos durante o livro. Através da leitura ela tem acesso às informações presentes nas cartas trocadas entre o sargento Germano de Melo e seus superiores. Através da escrita ela poderá escrever em nome desse próprio sargento no final do primeiro livro e nas demais obras da trilogia.

A língua portuguesa é o fio condutor de *Mulheres de Cinzas*, aproximando Imani do mundo dos brancos, simbolizado na figura do sargento Germano de Melo. Através dessa relação a narrativa se desenrola e apresenta momentos marcantes da guerra entre o exército português e o exército de Gungunhana, trazendo conflitos à personagem, que busca se descobrir e se redescobrir. Até mesmo o sentido do seu nome reitera essa busca. Imani é o nome escolhido após diversas tentativas de nomear a personagem. Um nome que significa “Quem é?”, uma indagação sobre a identidade, um elemento bastante significativo dentro da obra, que em todo momento nos apresenta as contradições presentes em Imani. Ela é marcada pelo hibridismo resultante da assimilação sofrida após o contato com o outro, onde dois mundos distintos habitam o mesmo sujeito.

Além da língua, as tradições também assimiladas por Imani e sua família estão presentes de forma acentuada. No livro estão expostas as transformações sofridas pela personagem como consequência do contato com o mundo colonial. Isso a diferencia dos demais, provocando em Imani o distanciamento e separação em relação aos outros e a possibilidade de um futuro de solidão. A identidade aparece como elemento de inclusão e exclusão de um grupo, identidade que é representada pela partilha comum de tradições, costumes e hábitos. Esse elemento – a tradição - ao lado da língua é fundamental para afirmar a presença de uma identidade na personagem, marcada principalmente pela ideia de diferença, a partir do outro. Essa identidade aparece desde o momento do seu nascimento, na escolha do seu nome, na indagação sobre si, no modo de vida da personagem, na diferença em relação aos demais (presente na sua roupa, na sua fala, nas suas crenças, nos sonhos sonhados em língua portuguesa). A diferença, fundamental para a identidade, aparece como

resultado do o processo de assimilação sofrido por ela (e pelos países que tem em seu passado o discurso colonial) transformando Imani em um sujeito híbrido.

Nas outras obras da trilogia – *Sombras da Água* e *O bebedor de horizontes* - é possível acompanhar o rumo das vidas de Imani e do sargento Germano de Melo, entrando em contato com personagens que não estão presentes em *Mulheres de Cinzas*. É preciso apontar aqui que todos eles são elementos importantes na análise geral da obra, que merece ser discutida de forma aprofundada, tomando como ponto de partida o estudo das identidades. Merece destaque ainda o fato de que é necessário um estudo da identidade presente em Imani baseada na concepção de gênero. O feminino é uma categoria importante presente na obra, que serve como marcador de identidade e que não pôde ser observada de forma detalhada, uma vez que não houve espaço no presente trabalho para elaborar tal categoria da forma como ela merece estar representada.

Referências

ALVES, R. M. F. LEAL, L. B. A literatura moçambicana. **Literafro**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/literafricas/literatura-cabo-verdiana-2/1640-a-literatura-mocambicana-luciana-brandao-leali-roberta-maria-ferreira-alves>. Acesso em: 03/09/23.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Regina Costa Nunes. **A memória coletiva como instauradora do processo identitário em Um Rio chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra, de Mia Couto**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa , Minas Gerais, 2017.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: A África na filosofia da cultura. 1997 Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do Escombro**: Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOUENE, Felizardo. **Moçambique**: 30 anos de independência. Africana Studia, Porto, Nº 8, p.69 a 84, 2005.

BRAÚNA, José Dércio. **Nyumba-Kaya**: a delicada escrivência da nação moçambicana na obra de Mia Couto. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011.

CABAÇO, Jose Luis de Oliveira. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAPELA, José. **Moçambique pela sua história**. Ribeirão – Portugal: Centro de estudos africanos da universidade do porto, 2010. E-book.

CARNEIRO, Leandro Vidal. Neologismos, expressividade e identidade cultural: o processo de criação de palavras em A varanda do Frangipani, de Mia Couto. **Mafuá**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 25, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação, vol 2. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000. E-book

COUTO, Mia. **A confissão da Leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COUTO, Mia. **A guerra na vida dos sobreviventes, dissidentes e residentes.** Diplomatique, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-guerra-na-vida-dos-sobreviventes-dissidentes-e-residentes/>. Acesso em 03/09/2023.

COUTO, Mia. **A varanda do frangipani.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COUTO, Mia. **Cada homem é uma raça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COUTO, Mia. **Entrevista - Mia Couto** (Entrevista concedida a Simone Seifert Deffente Migliari) FERIA del Libro. Literatura em su diversidade, 2017. Disponível em: <https://www.cmc.com.br/feiradolivro2017/conteudos/entrevista-mia-couto/>. Acesso em: 17/11/2023

COUTO, Mia. Moçambique – 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? **Via atlântica**, São Paulo, n.8, p. 191 – 204, dezembro 2005.

COUTO, Mia. **Raiz de Orvalho e outros poemas.** Maputo: Tempográfica, 1983.

COUTO, Mia. **Terra sonâmbula.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GODOI, Emília Pietrafesa, de. Territorialidade, In: **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado. Salvador: EDUFBA, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GARCIA, José Luís Lima. Mousinho de Albuquerque e o aprisionamento do Gungunhana em Chaimite. **Revista científica da Escola Superior de Educação da Guarda.** Guarda, n. 5, p. 117 – 131, primeiro semestre 2008.

GARCIA, Tânia de Resende. A Literatura como contraponto da História: as diferentes faces de um Imperador Africano. In: Encontro Regional de História da ANPUH, XXIII, 2022, Diamantina. **Anais eletrônicos.** Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1660318313_ARQUIVO_e81b4f89e45cf78ceae79164aebe7c10.pdf Acesso em: 03/09/2023

GOMES, Rosana Maria Teles. **A história dentro de histórias: a reconstrução de uma identidade angolana e moçambicana em Pepetela e Mia Couto.** Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras) – UFPE, Recife, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

HOBBSAWM, E. RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2021.

LARANJEIRA, Pires. Mia Couto - o escritor improvável. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 57-62, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/3601/2556> Acesso em: 03/11/2023

MOURA, Adriano Carlos. Nacionalismo e hibridismos identitários no tomance histórico *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto. **Litterata**, Ilhéus, vol. 8/2, jul.-dez. 2018.

OTINTA, Jorge do Nascimento Notato. **Mia Couto memórias e identidades em um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. Dissertação (Programa de Estudos comparados de Literaturas de Língua Portuguesa). São Paulo, USP, 2008.

PAREDES, Marçal de Menezes - A construção da identidade nacional moçambicana no pós independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

PIEDRAS, Ana Lucia dos Santos. **O mosaico de identidades em *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto**. Dissertação (Programa de pós graduação stricto sensu em letras). Pontifícia Universidade Católica de Góias, Goiana, 2017.

RANGER, Terance. A invenção da tradição na África colonial. In: **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2021.

ROCHA, Denise. Identidade híbrida em *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 35, nº 1, p. 55-75, jan-jun de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47250/forident.v35n1>.

ROCHA, Fabrício Dias. Precisamos de uma identidade única e coesa? Uma questão de identificação nacional: A nação e a identidade nacional em Moçambique. **Mulemba**, v. 10, n.18, p.109-122. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2018.v10n18a15349>. Acesso em: 12/11/23.

SILVA, Ana Cláudia da. **O rio e a casa: imagens do tempo na ficção de Mia Couto**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. E-book.

SILVA, Thomas Tadeu da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVERIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África : século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. **Narrativas da moçambicanidade: os romances de Paulina Chiziane e Mia Couto e a reconfiguração da identidade nacional.** Tese (Programa de Pós-Graduação do Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.